



# POVOS QUILOMBOLAS ALAGOANOS

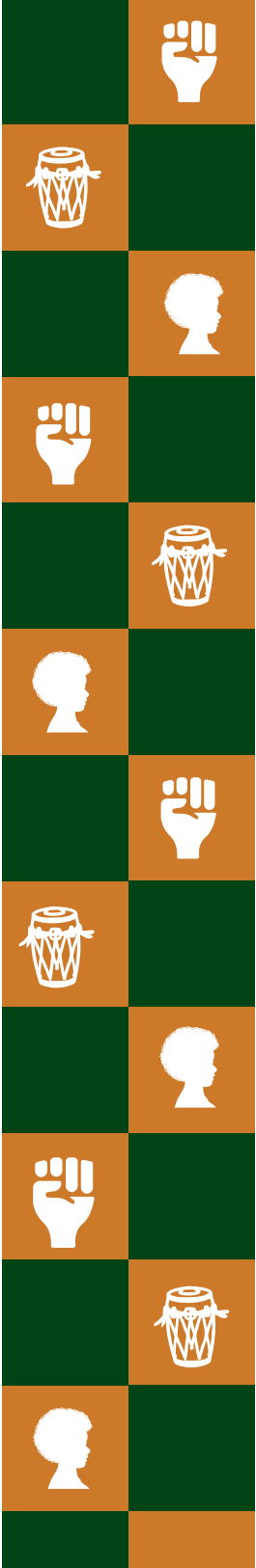
DESAFIOS PARA A VALORIZAÇÃO E  
O RECONHECIMENTO DA CULTURA  
DA COMUNIDADE MUMBAÇA

SÉRIE 1 | VOLUME 7

EDUCAÇÃO, INCLUSÃO  
E INOVAÇÃO DIDÁTICA

**José Winícios Santos da Silva**  
**João Pedro dos Santos Duarte**  
**Maria Clara Evangelista Santos**  
**Mariane Evelyn Santos Brito**  
**Samilly dos Santos Lima**  
**Vanuza Souza Silva**

 **Edufal**



Vera Lucia Pontes dos Santos  
Maria Ester de Sá Barreto Barros  
Jadriane de Almeida Xavier  
(Org.)

# **COLEÇÃO SINPETE**

**CIÊNCIA NA ESCOLA PARA O  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**SÉRIE 1 | VOLUME 7**

**EDUCAÇÃO, INCLUSÃO  
E INOVAÇÃO DIDÁTICA**



**Maceió/AL  
2025**



**Edufal**

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

### Reitor

Josealdo Tonholo

### Vice-reitora

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

## CONSELHO EDITORIAL DA EDUFAL

### Presidente

Eraldo de Souza Ferraz

### Gerente

Diva Souza Lessa

### Coordenação Editorial

Fernanda Lins de Lima

### Secretaria Geral

Mauricélia Batista Ramos de Farias

### Bibliotecário

Roselito de Oliveira Santos

### Membros do Conselho

Alex Souza Oliveira

Cícero Péricles de Oliveira Carvalho

Cristiane Cyrino Estevão

Elias André da Silva

Fellipe Ernesto Barros

José Ivamilson Silva Barbalho

José Márcio de Moraes Oliveira

Juliana Roberta Theodoro de Lima

Júlio Cezar Gaudêncio da Silva

Mário Jorge Jucá

Muller Ribeiro Andrade

Rafael André de Barros

Sílvia Beatriz Beger Uchôa

Tobias Maia de Albuquerque Mariz

## Catálogo na fonte

### Editora da Universidade Federal de Alagoas - EDUFAL

### Núcleo Editorial

Bibliotecário responsável: Roselito de Oliveira Santos - CRB-4/1633

## CONSELHO CIENTÍFICO DA EDUFAL

César Picón - Cátedra Latino

**Americana e Caribenha (UNAE)**

Gian Carlo de Melo Silva

**Universidade Federal de Alagoas (Ufal)**

José Ignacio Cruz Orozco

**Universidade de Valência - Espanha**

Juan Manuel Fernández Soria

**Universidade de Valência - Espanha**

Junot Cornélio Matos

**Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**

Nanci Helena Rebouças Franco

**Universidade Federal da Bahia (UFBA)**

Patricia Delgado Granados

**Universidade de Servilha-Espanha**

Paulo Manuel Teixeira Marinho

**Universidade do Porto - Portugal**

Wilfredo Garcia Felipe

**Universidad Nacional de Educación (UNAE)**

### Núcleo de Conteúdo Editorial

Fernanda Lins de Lima - Coordenação

Roselito de Oliveira Santos - Registros  
e catalogação

### Planejamento do Projeto gráfico, diagramação e capa

Mariana Lessa

### Revisão ortográfica e Normalização(ABNT)

Fátima Caroline Pereira de Almeida

### Ícones da capa

Freepik

P879 Povos quilombolas alagoanos: Desafios para a valorização e o reconhecimento da cultura da comunidade Mumbaça / José Winícios Santos da Silva ... [et.al]. – Maceió : EDUFAL, 2025. 98 p. : il. (Educação, Inclusão e Inovação Didática; v. 7) - (Coleção Sinpete: Ciência na Escola para o Desenvolvimento Sustentável).

Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-65-988147-2-4 E-book

1 História de Alagoas. 2. Quilombolas. 3. Comunidade Mumbaça. I. Duarte, João Pedro dos Santos. II. Santos, Maria Clara Evangelista. III. Brito, Mariane Evelyn Santos. IV. Lima, Samilly dos Santos. V. Silva, Vanuza Souza. VI. Ciência na Escola para Desenvolvimento Sustentável. VII. Série Educação, Inclusão e Inovação Didática.

CDU: 397 (813.5)

Direitos desta edição reservados à

Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas

Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A. C. Simões

CIC - Centro de Interesse Comunitário

Cidade Universitária, Maceió/AL Cep: 57072-970

Contatos: [www.edufal.com.br](http://www.edufal.com.br) | [contato@edufal.com.br](mailto:contato@edufal.com.br) | (82) 3214-1111/1113

Editora afiliada:



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

José Winícios Santos da Silva  
João Pedro dos Santos Duarte  
Maria Clara Evangelista Santos  
Mariane Evelyn Santos Brito  
Samilly dos Santos Lima  
Vanuza Souza Silva

**COLEÇÃO SINPETE**

CIÊNCIA NA ESCOLA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

# **POVOS QUILOMBOLAS ALAGOANOS**

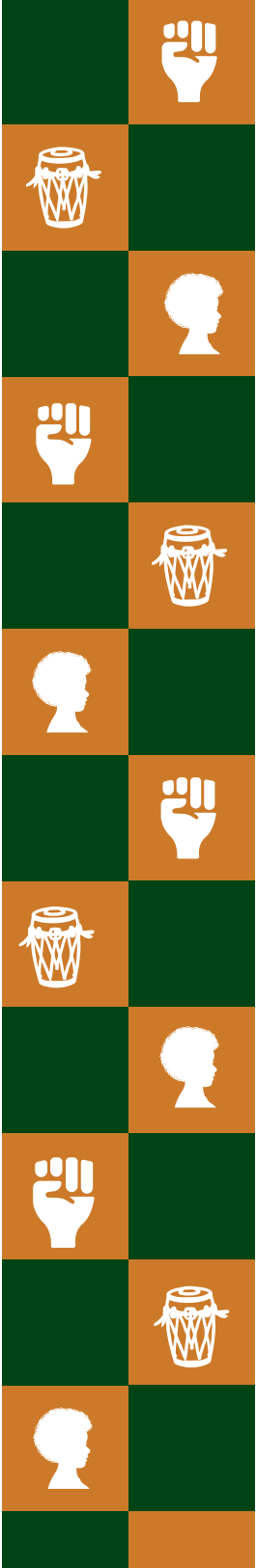
**DESAFIOS PARA A VALORIZAÇÃO E O  
RECONHECIMENTO DA CULTURA DA  
COMUNIDADE MUMBAÇA**

**SÉRIE 1 | VOLUME 7**

**EDUCAÇÃO, INCLUSÃO  
E INOVAÇÃO DIDÁTICA**

 **Edufal**  
Editora da Universidade Federal de Alagoas

**Maceió/AL  
2025**



**Este volume integra a Coleção SINPETE - *Ciência na Escola para o Desenvolvimento Sustentável*, produto do Laboratório de Mentoria 2024-2025.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (Ufal)**

**Reitor**

Josealdo Tonholo

**Vice-reitora**

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

**Pró-Reitora de Graduação**

Eliane Barbosa da Silva

**Coordenador de Desenvolvimento Pedagógico**

Willamys Cristiano Soares

**Coordenação do Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior (Proford/Ufal)**

Regina Maria Ferreira da Silva Lima

Vera Lucia Pontes dos Santos

**Líder do Grupo de Pesquisa Formação de Professores da Educação Básica e Superior (Foproebs/Prograd/Ufal)**

Vera Lucia Pontes dos Santos

**Coordenação-geral do Programa SINPETE - Ciência e Inovação na Educação Básica (Prograd/Ufal)**

Vera Lucia Pontes dos Santos

Regina Maria Ferreira da Silva Lima

## **Coordenação do projeto Ciclo de Formação em Educação Científica e Sustentabilidade dos Biomas Brasileiros (Ufal/CNPq/MCTI)**

Vera Lucia Pontes dos Santos

### **Laboratório de Mentoria (LabMent)**

#### **Coordenação**

Hilda Helena Sovierzoski

Maria Ester de Sá Barreto Barros

#### **Mentores científicos**

André Felipe de Almeida Xavier

Cristiano da Silva Santos

Eliemerson de Souza Sales

Felipe Cabral da Silva

Francine Santos de Paula

Geisa Ferreira dos Santos

Isnaldo Isaac Barbosa

Jadriane de Almeida Xavier

Jeylla Salomé Barbosa dos Santos Lima

Lais de Miranda Crispim Costa

Laura Cristiane de Souza

Letícia Ribes de Lima

Luana Marina de Castro Mendonça

Luciana Santana

Luis Guillermo Martinez Maza

Marcela Fernandes Peixoto

Maria Ester de Sá Barreto Barros

Marília de Matos Amorim

Müller Ribeiro Andrade

Nickson Deyvis da Silva Correia

Patrícia Brandão Barbosa da Silva

Raphael de Oliveira Freitas

Regina Maria Ferreira da Silva Lima

Ricardo Augusto da Silva  
Rosane Batista de Souza  
Rosely Maria Moraes de Lima Frazão  
Sidinelma Araújo Filho  
Vanessa Maria Costa Bezerra Silva  
Vanuza Souza Silva  
Vera Lucia Pontes dos Santos

## **Projetos**

1. Atendimento educacional especializado: caixa de jogos em contextos de aprendizagens criativas.
2. Barbatimed: produção de membrana biodegradável a partir do amido da casca da mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) utilizando extrato do barmatimão (*Stryphnodendron barbatiman*) como alternativa ecológica para curativos.
3. Biobijus: produção de bijuterias a partir da casca do ovo.
4. Canacraft: papel biodegradável a partir de bagaço de cana-de-açúcar.
5. Cobogós ecológicos e renda filé: sustentabilidade e cultura na arquitetura.
6. Desenvolvimento e aplicabilidade de filmes biodegradáveis em frutas.
7. Econap: conforto sustentável para pets.
8. Educação contextualizada e práticas sustentáveis na Escola Antônio Barbosa Leite.
9. Emma coque: madeira compensada sustentável utilizando os resíduos do coqueiro (*Cocos nucifera*).
10. Geladeira rentável de pastilha de Peltier.
11. Gess eco: utilização sustentável de casca de ovo na produção de gesso.
12. Hora do conto: território de aprendizagens.
13. Horta vertical: práticas com uso de material de descarte.
14. Liderança feminina e motivação matemática lúdica para estudantes da Escola Pedro Tenório Raposo.

15. Memes pra ver ouvir: laboratório de memes acessíveis para professores e usuários da audiodescrição.
16. Mentoria por pares em escolas alagoanas.
17. M.E.T.A: Mudança Estudantil Tavares Acessível.
18. Mulheres em Alagoas: desafios para a valorização da figura feminina na formação cultural.
19. Pomada Dermaliv.
20. Produção de biofertilizantes a partir de microrganismos eficientes coletados na caatinga.
21. Projeto de iniciação científica júnior - parasitos em foco: investigando e educando sobre doenças parasitárias em Paripueira-AL.
22. Projeto desvendando o céu da lagoa.
23. Povos quilombolas alagoanos: desafios para a valorização e reconhecimento da sua cultura.
24. Reciclamapa.
25. Repelente Caseiro.
26. Salas inteligentes com realidade aumentada: transformando a educação com tecnologia.
27. Sargassole - produção de uma borracha sustentável.
28. Sistemas inteligentes de embalagens à base de resíduos agroalimentares.
29. Tecendo redes e saberes: a sala *maker* da criatividade e empreendedorismo.
30. *Wildlife Adventures*: biomes – um jogo digital para educação e exploração dos biomas brasileiros.

## **Municípios**

Branquinha, Maceió, Murici, Olho d'Água do Casado, Palmeira dos Índios, Rio Largo, Paripueira e Olho d'Água Grande.

## **Escolas Municipais**

Escola Municipal Antônio Barbosa Leite

Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Tenório Raposo

Escola Municipal de Ensino Fundamental Profa. Maria das Graças Oliveira

Escola Municipal Demócrito José

Escola Municipal Josélio Efigênio de Vasconcelos

Escola Municipal Silvestre Péricles

### **Escolas Estaduais**

Escola Estadual Anália Tenório

Escola Estadual Dr. Rodriguez de Melo

Escola Estadual Graciliano Ramos

Escola Estadual João Francisco Soares

Escola Estadual Professor Rosalvo Lôbo

Escola Estadual Professora Benedita de Castro Lima

Escola Estadual Tavares Bastos

### **Escolas Particulares**

Colégio Rosalvo Félix

Colégio Santíssima

Unidade Integrada Sesi/Senai Carlos Guido Ferrario Lobo

### **Instituições Federais**

Instituto Federal de Alagoas (Ifal) - Campus Murici

Universidade Federal de Alagoas (Ufal) - Campus Maceió

- Faculdade de Letras (Fale/Ufal)

- Faculdade de Medicina (Famed/Ufal)

### **Apoio Institucional**

Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (Secti) de Alagoas

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal)

Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (Fundepes)

Universidade Estadual de Alagoas (Uneal)

Instituto Federal de Alagoas (Ifal)  
Secretaria de Estado da Educação (Seduc - AL)  
Instituto do Meio Ambiente (IMA)  
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)  
Secretaria Municipal de Educação de Maceió (Semed Maceió)  
Federação das Indústrias do Estado de Alagoas - Fiea

### **Apoio Financeiro**

Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação  
(Proext-PG/Ufal)  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(Capes)  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
(CNPq)  
Programa Nacional de Popularização da Ciência (Pop Ciência)  
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Obra financiada com recursos do Programa de Extensão da  
Educação Superior na Pós-Graduação (Ufal/Capes/Proext-PG).



## AGRADECIMENTOS

**A**gradecemos, primeiramente, a Deus, por ter nos concedido força, sabedoria e perseverança para a realização deste trabalho. Sem Sua presença, nada disso seria possível.

À gestão da Escola Estadual Anália Tenório, expressamos nossa profunda gratidão pelo apoio e incentivo e pela confiança depositada em nosso projeto. O ambiente acolhedor e o compromisso com a educação foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos moradores e moradoras da comunidade quilombola Mumbaça, em especial aos que, gentilmente, compartilharam suas histórias, experiências e saberes, nosso sincero agradecimento. Suas vozes foram essenciais para a construção deste trabalho e para a valorização da cultura quilombola.

Agradecemos à Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e à diretoria do Programa Sinpete – Ciência e Inovação na Educação Básica, por organizar um evento tão importante para incentivar a pesquisa e despertar o interesse de jovens pela vida acadêmica, abrindo caminhos para no-



vas descobertas e possibilidades. Também agradecemos à equipe do Laboratório de Mentoria (LabMent), uma das ações promissoras do programa, por oferecer formação em pesquisa científica, experiências em espaços universitários e orientação personalizada, ajudando estudantes e professores a enxergarem a ciência como uma ferramenta de transformação social.

A todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este projeto se concretizasse: nossa gratidão.





# SUMÁRIO

|                                                                                                 |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO</b>                                                                  | <b>17</b> |
| <b>APRESENTAÇÃO DO VOLUME</b>                                                                   | <b>23</b> |
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>                                                                             | <b>27</b> |
| <b>2 QUILOMBO: A ORIGEM</b>                                                                     | <b>31</b> |
| Luta constante                                                                                  | 33        |
| Prova de resistência                                                                            | 34        |
| O eurocentrismo enraizado                                                                       | 37        |
| A formação cultural brasileira                                                                  | 38        |
| O Quilombo Mumbaça                                                                              | 42        |
| <b>3 SILENCIAMENTO DAS RAÍZES:<br/>A RELIGIÃO QUILOMBOLA ENTRE RESISTÊNCIA<br/>E APAGAMENTO</b> | <b>47</b> |
| <b>4 MUMBAÇA E A REALIDADE QUILOMBOLA:<br/>ENTRE A TRADIÇÃO E A RESISTÊNCIA AO RACISMO</b>      | <b>55</b> |
| <b>5 MULHERES QUILOMBOLAS: RESISTÊNCIA, CULTURA<br/>E PROTAGONISMO EM MUMBAÇA</b>               | <b>67</b> |
| Violência de gênero                                                                             | 69        |
| Desigualdade racial da figura feminina                                                          | 70        |
| Mulheres quilombolas na agricultura                                                             | 71        |
| Figura feminina na Mumbaça                                                                      | 72        |

|          |                                               |           |
|----------|-----------------------------------------------|-----------|
| <b>6</b> | <b>PARTICIPAÇÃO NO LABMENT</b>                | <b>75</b> |
| <b>7</b> | <b>PERSPECTIVAS</b>                           | <b>77</b> |
|          | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                   | <b>79</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b>                            | <b>81</b> |
|          | <b>SOBRE OS/AS AUTORES/AS E ORGANIZADORAS</b> | <b>89</b> |



## APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

**É** com imensa alegria que apresentamos a terceira edição da *Coleção Sinpete – Ciência na Escola para o Desenvolvimento Sustentável*, uma publicação anual que se consolida como espaço de divulgação científica e popularização da ciência, tecnologia e inovação entre estudantes e professores da Educação Básica e Superior. Esta obra é fruto do compromisso da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), por meio do Programa *Sinpete – Ciência e Inovação na Educação Básica*, com a valorização da ciência escolar, a promoção da cultura científica e o incentivo a práticas sustentáveis nos diversos territórios educacionais de Alagoas.



Resultado direto do Laboratório de Mentoria (Lab-Ment), a Coleção reafirma o papel da universidade pública na formação de sujeitos críticos e criativos, na construção coletiva do conhecimento e no fortalecimento do vínculo entre ciência e sociedade.

Nesta terceira edição, são apresentados trinta projetos escolares de pesquisa e intervenção realizados por professores e estudantes do Ensino Fundamental, Médio,



Técnico e Superior, oriundos de escolas públicas e privadas de oito municípios alagoanos. As experiências aqui publicadas foram selecionadas por meio do “Concurso de Ideias e Pesquisas Inovadoras” do Sinpete 2024, realizado de forma simultânea nos municípios de Maceió, Arapiraca e Delmiro Gouveia, durante a 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Todo o processo contou com a participação essencial dos mentores científicos do LabMent — uma equipe interdisciplinar composta por docentes, discentes de pós-graduação e pesquisadores da Ufal e instituições parceiras — que acompanharam cada equipe, desde a revisão da versão inicial do projeto à elaboração do texto final do livro.

A proposta metodológica da Coleção se alicerça na prática da mentoria científica, compreendida como uma ação formativa, dialógica e orientadora, que promove a escuta, o acolhimento, o desenvolvimento das competências investigativas e o estímulo à autoria estudantil. Cada equipe é formada por um professor-orientador e até quatro estudantes, acompanhados por um mentor voluntário, em uma relação de confiança, colaboração e construção mútua de saberes. Essa aproximação entre universidade e escola reafirma o compromisso da Ufal com a formação continuada e com o fortalecimento da Educação Básica e Superior de Alagoas.

Todos os projetos publicados dialogam com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com destaque para as áreas de Educação Científica, Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos e Educação para o Desenvolvimento Sustentável, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Or-



ganização das Nações Unidas (ONU, 2015). Dentre as competências mobilizadas, destacam-se o pensamento crítico e criativo, a empatia, a colaboração, a responsabilidade social e o protagonismo juvenil.

A Coleção valoriza a ciência feita com os recursos do território, a partir de uma abordagem pedagógica interdisciplinar, voltada à resolução de problemas reais e ao uso criativo de tecnologias acessíveis. Os projetos apresentados demonstram que a ciência pode — e deve — ser compreendida como uma prática viva, coletiva e transformadora, construída com e para os estudantes.

Para facilitar a leitura, articulação pedagógica e aplicação dos conteúdos nos contextos escolares, os 30 projetos estão organizados em três séries temáticas, compostas por dez volumes, cada:



### **A. Série 1 - Educação, Inclusão e Inovação Didática**

Apresenta propostas voltadas a práticas pedagógicas inovadoras, acessibilidade, cidadania e uso criativo de tecnologias educacionais:

1. Mulheres em Olho d'Água Grande (AL): desafios para a valorização da figura feminina na formação cultural;
2. Soluções criativas e sustentáveis para cultivar a vida dentro da escola;
3. Meta: Mudança Estudantil Tavares Acessível: uma jornada de transformação rumo à inclusão e à diversidade;
4. Memes pra Ver Ouvir: laboratório de memes científicos acessíveis para professores e usuários da audiodescrição



5. Caixa de jogos: aprendizagens criativas no atendimento educacional especializado;
6. Mentoria por pares: transformando realidades em escola pública alagoana;
7. Povos quilombolas alagoanos: desafios para a valorização e o reconhecimento da cultura da comunidade Mumbaça;
8. Wildlife adventures: um jogo digital educativo para explorar os biomas brasileiros;
9. Liderança feminina e matemática lúdica: motivação e aprendizagem na Escola Pedro Tenório Raposo;
10. Hora do conto, território de aprendizagens: contação de histórias para encantar e incentivar a leitura nos anos iniciais.



## **B. Série 2 – Sustentabilidade, Reutilização e Produtos Naturais**

Reúne iniciativas que promovem o reaproveitamento de materiais, a valorização da biodiversidade, a biotecnologia e a produção sustentável:

1. Sustentabilidade nas mãos dos estudantes: horta vertical com reuso do plástico na Escola Municipal Silvestre Péricles;
2. Barbatimed: membrana cicatrizante sustentável feita com resíduos de mandioca e barbatimão;
3. Canacraft: papel biodegradável a partir de bagaço de cana-de-açúcar;
4. Gess Eco: utilização sustentável de casca de ovo na produção de gesso;



5. Cobogós com alma alagoana: renda filé, arquitetura e sustentabilidade;
6. Pomada d'Aliv: elaboração de um produto com a utilização de plantas medicinais para tratamento de contusões;
7. Soluções da natureza: produção escolar de repelentes ecológicos;
8. Biofertilizantes do Sertão: microrganismos da caatinga a serviço da sustentabilidade;
9. BioBijus: transformando casca de ovo em arte e sustentabilidade;
10. Emma Coque: compensado sustentável utilizando os resíduos do coqueiro.



### **C. Série 3 – Tecnologia Sustentável e Inovação Aplicada**



Contempla projetos com foco em dispositivos funcionais, soluções tecnológicas e protótipos com impacto ambiental positivo:

1. Geladeira rentável com pastilha de Peltier: uma alternativa sustentável e acessível para refrigeração;
2. Filmes biodegradáveis: inovação sustentável na conservação de frutas;
3. Sargassole – É possível produzir borracha a partir do sargasso?;
4. Além das quatro paredes: educação imersiva com realidade aumentada;
5. Desvendando o céu da lagoa: astronomia para todos;



6. Reciclmapa: um aplicativo com elo entre ciência, educação e meio ambiente;
7. Doenças parasitárias em Paripueira (AL): investigação científica e educação em saúde;
8. Criar, Reutilizar, Cuidar: camas sustentáveis para pets com pneus inservíveis;
9. Tecendo redes e saberes: a sala maker da criatividade e do empreendedorismo;
10. Sistemas inteligentes de embalagens à base de resíduos agroalimentares.

Esta edição da Coleção SINPETE é mais do que uma compilação de projetos científicos — é um convite à esperança, à criatividade e à ciência que nasce na escola, ganha forma com ela e se fortalece na ponte com a universidade. Por meio destas páginas, é possível testemunhar como a nossa adolescência e juventude vêm se apropriando do conhecimento científico para transformar suas comunidades, imaginar futuros sustentáveis e afirmar sua voz no mundo.

Convidamos você, leitor e leitora, a mergulhar nesta leitura com olhar curioso e coração aberto. Que cada página inspire novas ideias, que cada projeto dialogue com sua prática, e que, juntos, possamos reafirmar o poder da ciência, da educação e do trabalho colaborativo na construção de um mundo mais justo, inclusivo e sustentável.

***As Organizadoras***





## APRESENTAÇÃO DO VOLUME

**E**ste livreto, vinculado ao Sinpete, nasce da inquietação de quatro estudantes com o objetivo de incentivar a reflexão e o diálogo sobre respeito, diversidade e combate a qualquer forma de preconceito, estimulando a valorização das diferenças culturais, sociais e religiosas no ambiente escolar e na sociedade.

Os textos aqui reunidos se constituem, nesse sentido, como lugar de combate ao racismo presente no Brasil e, em particular, na sociedade olho-grandense. Dividido em quatro partes que discutem as origens do quilombo, religiosidade, mulheres quilombolas e preconceito, este trabalho se insere como um espaço de saber que dá continuidade às políticas públicas governamentais e educacionais de combate ao racismo.

O Quilombo Mumbaça é uma fonte de ancestralidade dos moradores de Olho d'Água Grande (AL) e um signo de resistência à dominação cultural que tenta apagar as ancestralidades tradicionais. Sobre ele, reconhecido oficialmente em 2024, ainda há poucos escritos. O documentário *Mumbaça*, do líder quilombola Manoel, constitui o único trabalho de divulgação dessa importante sociedade tradicional.





Pensar a formação cultural de um povo a partir das sociedades tradicionais, como quilombos, exige uma reflexão histórica sobre as diferentes identidades que nos constituem e, sobretudo, retirar do campo do silenciamento e do apagamento a cultura negra. O desconhecimento sobre danças, credos, estéticas, artes e ritos do Mumbaça cria nas pessoas preconceitos, ideais racistas e de não aceitação do que foge à cultura europeia colonizadora.

Quais os desafios para pensar uma educação inclusiva e antirracista? Este livreto é uma das possíveis respostas: escrito por jovens que, através de pesquisas, questionam, ao longo das páginas, os preconceitos raciais enraizados na sociedade, ao mesmo tempo que destacam a beleza cultural dos herdeiros dos quilombos, seus rituais, estéticas, danças, crenças e outros aspectos.



Por meio do contato direto com os quilombolas e da apreciação do audiovisual sobre este povo, sob orientação do professor Winícios Santos, esses estudantes trazem questões instigantes para repensar a própria pedagogia das escolas, uma vez que, nelas, estão muitos indígenas e filhos de santo que não compartilham, por exemplo, das missas nas instituições de ensino.

O estudante negro da escola, desde cedo, precisa conhecer sua história e, através da memória do seu povo, afirmar-se, amar-se e respeitar-se, para, assim, lutar por sua inclusão e combater qualquer projeto de racismo e exclusão, dentro e fora de sua cultura.

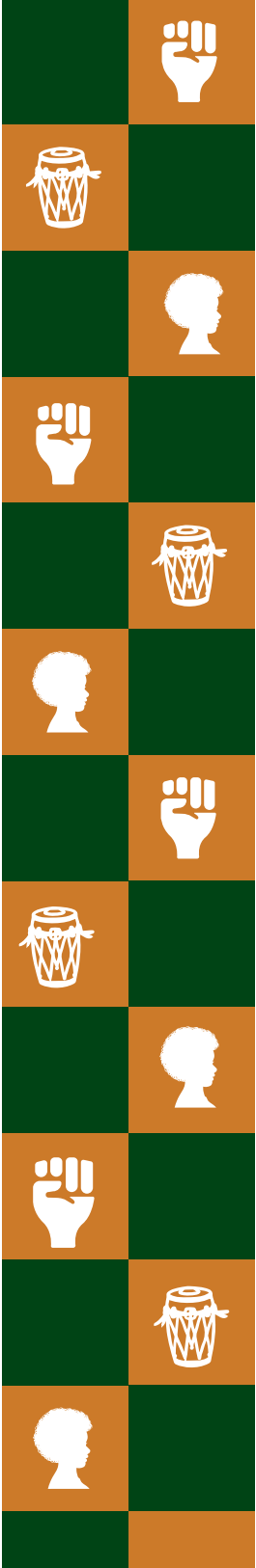
Esta obra é um leque de possibilidades para discussão sobre pertencimento nas escolas e, ao mesmo tempo, um incentivo às políticas afirmativas de lutas para um debate étnico-racial no âmbito da educação básica.

**Vanuza Souza Silva**

Mentora Científica do Sinpete

Professora de Relações Públicas da Universidade Federal  
de Alagoas (Ufal)







# 1 INTRODUÇÃO

Este livro tem como objetivo analisar aspectos históricos, culturais, sociais e de gênero da comunidade quilombola Mumbaça, localizada no município de Traipu, interior do estado de Alagoas. A escolha dessa comunidade se justifica pela relevância de sua trajetória de resistência, pela riqueza de sua cultura e, sobretudo, pelo protagonismo das mulheres na preservação da memória e da identidade quilombola. Soma-se a isso, a problemática do baixo autorreconhecimento cultural entre seus atuais integrantes, o que reforça a necessidade de estudos que valorizem sua história e identidade. A pesquisa surge da necessidade de dar visibilidade a populações historicamente marginalizadas, contribuindo para a valorização de seus saberes tradicionais, modos de vida e lutas por reconhecimento e direitos. Em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais e raciais, compreender a realidade dessas comunidades representa um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa na literatura, ancorada em autores que discutem a temática quilombola, identidade cultural, resistência e políticas públicas. Desta-





cam-se, nesse contexto, os estudos de Darcy Ribeiro, cuja obra oferece contribuições fundamentais à compreensão da formação e da diversidade dos povos tradicionais no Brasil. Além disso, foi conduzida uma análise documental, contemplando leis, decretos, relatórios institucionais e outros documentos oficiais relacionados aos direitos das comunidades quilombolas, especialmente no contexto de Alagoas.

A fundamentação teórica do trabalho baseia-se nos estudos do antropólogo, educador e político Darcy Ribeiro, cujas contribuições são essenciais para entender a formação do povo brasileiro a partir da diversidade étnica e cultural. O autor defende que a identidade nacional é resultado da fusão de diferentes matrizes culturais, sendo as culturas indígenas e afro-brasileiras elementos centrais na constituição do Brasil. Suas reflexões apontam para a importância do reconhecimento das contribuições dos povos tradicionais como forma de combater a exclusão social e a invisibilidade histórica.

Além disso, este estudo está diretamente relacionado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU BR) (2015), que trata da redução das desigualdades. Ao valorizar a comunidade Mumbaça, busca-se evidenciar práticas culturais, trajetórias de resistência e processos educativos que contribuem para o empoderamento e o fortalecimento da identidade quilombola, promovendo equidade e justiça social.

Os principais objetivos da pesquisa relatada neste livro foram: (1) resgatar aspectos históricos da comunidade

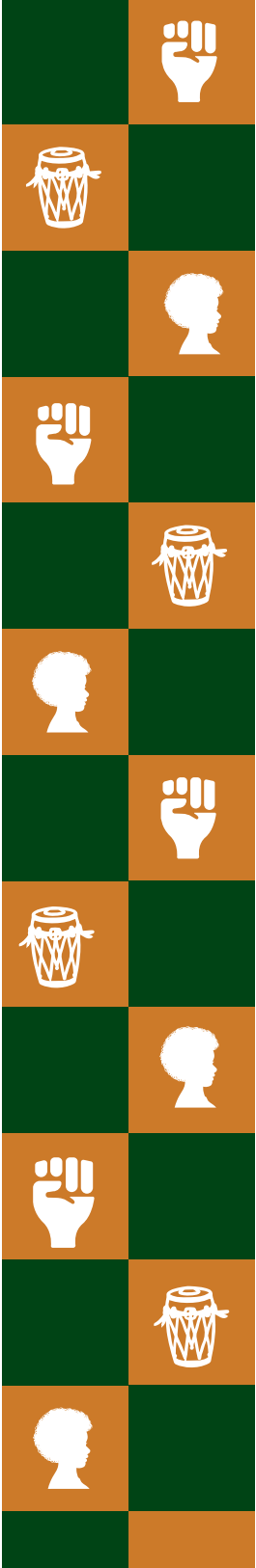


Mumbaça; (2) compreender o papel da religiosidade como forma de resistência e expressão cultural; (3) analisar as manifestações de preconceito enfrentadas por seus moradores; e (4) valorizar o protagonismo das mulheres quilombolas como guardiãs de saberes ancestrais e agentes de transformação social.

Espera-se, com este estudo, contribuir para o reconhecimento da importância das comunidades quilombolas na construção da história e da cultura brasileiras, além da necessidade de ações concretas que promovam sua inclusão e valorização. A experiência vivenciada em Mumbaça evidencia o poder da oralidade, da fé, do trabalho coletivo e da resistência cotidiana como forças que sustentam a identidade e a continuidade dessas comunidades.

A estrutura deste livro está organizada em quatro partes principais: a primeira aborda a história da comunidade Mumbaça, com ênfase em sua formação e lutas; a segunda trata da religiosidade como elemento central da vida quilombola; a terceira discute o preconceito racial e social enfrentado por seus membros e a quarta destaca o papel das mulheres quilombolas na preservação cultural, na resistência e na luta por direitos.







## 2 QUILOMBO:

### A ORIGEM

A formação dos primeiros quilombos no Brasil remonta ao século XVI, também conhecidos como “mocambos”, surgindo pouco depois do início da colonização portuguesa no Brasil e da implantação do sistema escravista. O termo “quilombo” tem origem do idioma quimbundo, de Angola, significando “acampamento” ou “sociedade formada para fins de resistência”. Os povos africanos ocidentais eram, antes da chegada dos colonizadores europeus, nômades, utilizando-se dos locais de acampamento para repouso.



O primeiro registro de um quilombo no Brasil data de 1575, na Bahia, evidenciando o início da resistência à ocupação europeia. Com a intensificação do modelo escravagista, muitos escravizados fugiam de engenhos e fazendas em busca de liberdade e preservação de suas identidades culturais. Esses espaços de refúgio, de acordo com Mundo da Educação, se consolidam como formas de resistência política, social e cultural ao sistema colonial opressor.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), o Brasil possui 5.972 localidades quilombolas, divididas em 1.672 municípios. Ainda de acordo com



o Censo 2022 do IBGE, existem 7.666 comunidades quilombolas certificadas e apenas 143 áreas com terras já tituladas.

Quilombos, concordante Mendes, foram formados em diversas regiões do Brasil, com maior presença nos estados de Pernambuco, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Alagoas. Essas comunidades acolhiam não apenas negros escravizados em fuga, mas também indígenas, brancos pobres, mestiços e desertores do exército. Essa diversidade fortalecia a resistência quilombola e contribuía para a riqueza cultural desses territórios.

Em geral, os quilombos eram construídos em regiões isoladas e de difícil acesso – como florestas, serras ou vales –, com o objetivo de obstruir o alcance e dificultar o ataque das forças coloniais. Tinham lideranças próprias, comumente escolhidas por respeito, sabedoria ou habilidade, utilizando-se também da solidariedade e de práticas de democracia participativa, com decisões tomadas coletivamente. Figuras como Ganga Zumba e Zumbi dos Palmares, em conformidade com Neves, se tornaram emblemáticas na resistência à escravidão.

Além de centros de resistência, os quilombos tornaram-se espaços longe da repressão, onde os habitantes podiam resgatar e preservar sua cultura, e também produzir para sua subsistência, cultivando mandioca, milho e feijão. Tal como disse Neves, a caça, a pesca, a coleta e até mesmo o comércio com comunidades vizinhas para a troca de produtos complementava a alimentação.



Dentro desses locais de resistência, de acordo com Porfírio, ocorria a manutenção de tradições africanas de música, dança, culinária e línguas, utilizando-se do desenvolvimento de culturas únicas, fruto da fusão de influências africanas, indígenas e europeias e do sincretismo religioso.

Por sua resistência, os quilombos eram frequentes alvos de ataques: as “bandeiradas”, expedições militares organizadas pelos colonizadores com o objetivo de capturar os negros. Apesar de todas as investidas, muitos quilombos resistiram por anos, simbolizando a luta pela liberdade.

### **Luta constante**

O Quilombo dos Palmares, consoante Neves (2025), o maior da América Latina, foi construído na região da capitania de Pernambuco, atual estado de Alagoas, na Serra da Barriga, no final do século 16. Foi chamado assim devido ao grande número de palmeiras do local, sendo essas plantas utilizadas na construção de casebres e na alimentação dos quilombolas. Resultado da junção de mocambos que foram construídos na divisa de Alagoas e Pernambuco, chegou a abrigar mais de 20 mil habitantes.

Dentre os mocambos, ainda conforme Neves, que formavam Palmares, estavam: Aqualtune, Andalaquituche, Subupira e o chamado Mocambo do Macaco – que, de todos, destacava-se por ser o centro comercial de Palmares, local onde o rei do quilombo residia, e o mais populoso, formado por mais de 6 mil habitantes. Foi destruído em 1694





e seu líder, Zumbi dos Palmares, foi morto no ano seguinte, em uma emboscada.

O Quilombo dos Palmares, seguindo as ideias de Neves (2025), abriga importantes figuras da resistência, como Ganga Zumba, seu primeiro líder, que unificou os mocambos; Zumbi, que liderou a resistência até a destruição de Palmares, e Dandara, mulher guerreira que liderou tropas contra os portugueses.

Outro importante quilombo, é o de Frechal, segundo Rizzaro e Giovanka (2025), localizado no município de Mirinzal, no estado do Maranhão. Começou com a implantação da família portuguesa Coelho Souza, em 1792. Os primeiros trabalhadores foram trazidos da Costa de Mina, na África, escravizados para trabalhar na lavoura e nos engenhos. A comunidade foi fundada por moradores que buscaram a Igreja Católica e o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a partir de 1985, reivindicando o direito à terra própria. Em 20 de maio de 1992, o presidente Fernando Collor de Mello assinou o decreto presidencial que reconheceu a comunidade como Reserva Extrativista Quilombo Frechal.



## Prova de resistência

O conceito de “quilombo” vai além do extremo mecanizado das definições sociais. É um sentido amplo, provindo das lutas dos afro-brasileiros, designação não midiática que explora as mais profundas e dissimuladas dores, as cicatrizes mais escondidas do contexto da colonização. É a

habitação do negro fugido, o estabelecimento singular, a não estereotipia da sociedade que os expõe à curiosidade.

Como escreve Giucci (1992, p. 25), a conquista da América produziu “árvores de histórias” em que os negros estavam inseridos como povos dominados, que sequer poderiam exercer sua tradicionalidade, como instrumentos, ferramentas que pertenciam a alguém. A ideia de quilombo demonstra as atitudes contrárias a toda essa repressão, a maneira de utilizar-se da terra para se reerguer, o fenômeno de ser destruído e construir-se novamente diversas vezes, com uma indiscutível determinação para defender e manter sua cultura.

Inspirada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, a Revolução Haitiana, em concordância com Júnior, a partir de 1791, foi a única em que escravos e ex-escravos foram líderes e saíram vitoriosos, o que é capaz de explicitar as revoltas causadas pelo período colonial e o pavor das elites escravocratas, que viram o negro lutar e mostrar sua força.

Mesmo antes de ter uma base econômica, a partir de Almeida e Nascimento (2022, p. 948), foi necessária uma organização social dos quilombos, com poderes definidos, pois as invasões sempre impuseram a urgência de uma defesa estruturada e competente para que pudessem se manter de pé em meio às investidas.

Negros, muitas vezes aliados aos indígenas, lutaram desde o início da ocupação e exploração do continente contra diversos povos e procedimentos de utilização de





seus corpos e direitos. Uma luta direta contra o sistema hierarquizado, pautada no desassossego de ver escorrer pelas mãos toda a sua história, em um cenário onde a identidade negra era constante vítima do silenciamento. A sociedade não se faz mais que uma selva ao inibir a cultura, ao silenciar a história da luta de gerações que se mantiveram de pé, ao expropriar os direitos de povos que combatem o preconceito nela embutido. A natureza da herança cultural é convidativa, demonstra o amor, faz mergulhar no seio que constantemente oferece.

A identidade, concordante a Mendes, conceito dinâmico que engloba características, valores, crenças e práticas que definem um grupo social, diferenciando-o de outros, demonstra a interação entre a cultura e a história – como o indivíduo pode adentrar sua matriz histórica, sentir e viver sua própria luta e a dos seus ancestrais –, externaliza uma genealogia que vai além dos contextos genéticos, mas que perfura o núcleo e insere o espírito de luta e resistência. É possível enxergar as constantes tentativas da população negra de ser reconhecida por meio do complexo processo contínuo, da necessidade de implantar políticas de reconhecimento e respeito.

Tratar do povo negro nunca foi tarefa fácil: é lenta e gradual, não marcada por uma só data. No entanto, existem marcos especiais que constituíram o reconhecimento, como a Lei Afonso Arinos, de 1951 (Lei 1.390/51, de 3 de julho de 1951) (Brasil, 1951), proposta por Afonso Arinos de Melo Franco – a primeira lei brasileira que criminalizou o racismo, tornando-o uma contravenção penal.



Outro grande marco é o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, 20 de novembro, a Lei N.º 12.519, de 10 de novembro de 2011, instituiu o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. Em 21 de dezembro de 2023, com a Lei N.º 14.759, o Dia Nacional da Consciência Negra tornou-se feriado nacional, dedicado à reflexão sobre o valor e a contribuição da comunidade negra para o Brasil. Em referência ao dia da morte de Zumbi dos Palmares, em 1695, a data suscita ações sobre racismo, discriminação, inclusão da cultura afrodescendente e promoção de questões que a valorizem.

## O eurocentrismo enraizado

Ao adentrar a história da formação brasileira no âmbito social, baseado em Maia e Farias (2020, p. 588), enxerga-se a forte influência eurocêntrica que provém desde o período de assentamento, o que reflete a visão dominante do europeu nos círculos culturais da atualidade. A formação e a independência do Brasil não se desvinculam do negro: o comércio de escravos africanos para o País tornou-os a maior parte da população, tendo-os como construtores do Brasil desde os ciclos da cana-de-açúcar e do café até os dias atuais.

Apesar das dificuldades da imigração africana, os negros permanecem constituintes da maioria demográfica brasileira, já que, segundo a historiografia, após a abolição da escravidão, europeus ainda transportavam escravos angolanos e moçambicanos para o Brasil. Des-





sa forma, a identidade latino-americana é formada pelo encobrimento da participação negra, que se transforma em um modo de dominação e padrão de poder que ainda marca a região, e pelo estabelecimento da superioridade europeia sobre os demais, colocando o não europeu em situação de inferioridade.

A colonialidade como poder estrutural e operante na América Latina abriu portas a um novo padrão racial, que hegemonizou todos os segmentos latino-americanos, implicando a construção de paradigmas baseados nas ideias europeias ainda presentes. Como consequência, as construções dos povos originários foram apagadas, tendo o conhecimento europeu como correto, racional e superior. A difusão das ideias eurocêntricas levou à invisibilização e ao silenciamento de outros conhecimentos e culturas que delas divergem.

Outrossim, em consonância com Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 2), a construção dos estados ocorreu desconsiderando a grande massa populacional composta pelas minorias étnicas, por intermédio de um projeto civilizatório que omitiu a grande pluralidade que compõe a sociedade brasileira, retirando o direito de participação de alguns segmentos societários, como os quilombolas.



## A formação cultural brasileira

Uma vez que a América Latina deve ser estudada a partir de vários contextos, como social, político, econômico, cultural e jurídico, é necessária uma escolha meto-

dológica que examine fenômenos históricos e estruturais que levem em consideração o desenvolvimento dos países latino-americanos e suas relações com os grupos étnicos minoritários, pois as coisas não existem isoladas, de forma independente, mas como um todo, unido e coerente, com fenômenos interligados entre si.

A Lei nº 10.639, de 2003 (Brasil, 2003), torna obrigatório o ensino de história e de cultura afro-brasileira em todas as etapas da educação, tanto em rede pública quanto em rede privada, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir a temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo escolar.

Outrossim, o que define um povo não é a demarcação territorial, mas um conjunto de características que faz dele um grupo identitário, diferenciando-o de outros. Para Darcy Ribeiro (1995), as três matrizes étnicas formadoras da identidade brasileira são o colonizador branco, o índio e o africano. Assim, o autor usa a expressão “Nova Roma” para classificar o processo de formação do Brasil através da desconstrução dessas matrizes.

A formação da história brasileira foi agressiva, arrancando dos africanos suas culturas e forçando-os a trabalhar como escravos, negando e marginalizando o negro trazido, tornando-o um ser sem identidade.

O negro é, para Darcy Ribeiro (1995), “o tempero que faltava à protocélula do povo brasileiro”. Sob essa ótica, enxerga-se que o negro, “branqueado” pela história, é participante ativo do processo de culturalização do Brasil. É





possível sentir o detalhe da história e da cultura negra que enriquece e torna materno o seio social, o ritmo de natureza que constrói de forma pura. Introduzidos como escravos, os negros foram chamados a exercer as tarefas mais árduas, destinados a produzir o máximo de lucro – e, após a ascensão à condição de trabalhadores livres, foram impelidos a lidar com as novas formas de exploração que ainda lhes mantinham no antigo papel de escravo.

A história do Brasil é marcada por um processo de violência e agressões contra os quilombolas. Essas agressões tinham como objetivo a apropriação de suas terras, a destruição de sua cultura e de seu modo de vida. Um exemplo, como destaca Previdelli, foi a convocação de Domingos Jorge Velho pelo governo de Pernambuco, no final do século 17, para combater o Quilombo dos Palmares. Essa prática se intensifica a partir da década de 1970, baseado em Filho e Gasques (2016, p. 15), com o início da invasão dos territórios para a expansão agropecuária e para o agronegócio, utilizando-se da expulsão à força.

De acordo com o portal MG Quilombolas, outro grande exemplo foi a repressão do Quilombo de Campo Grande, em Minas Gerais, que teve população estimada entre 9 e 10 mil habitantes, sendo maior em extensão e população que Palmares, surgindo ali em razão da aplicação dos impostos de capitação cobrados a todos os moradores da região. Essa extorsão fiscal e a violenta repressão ocasionaram a fuga de seus moradores para o sertão, onde surgiram novas comunidades, o que, provavelmente, formou o Quilombo de Campo Grande – que sofreu ataques de bandeiras em 1746



e em 1759, levando à destruição uma grande quantidade de núcleos quilombolas e matando muitos de seus habitantes.

A sociedade acostumou-se com a ideia de ver o lado bonito da história, o lado que inspira e mostra as conquistas. Isso se assemelha à noção de não ser capaz de buscar e entender os profundos hiatos sociais, o derramamento de sangue e as incontáveis lutas em busca de direitos básicos. Quando tratamos de “enxergar o lado bonito”, vemos a Lei Áurea, assinada em 1888 pela Princesa Isabel<sup>1</sup>, que indicava a liberdade dos negros, mas não os integrou socialmente.

Mesmo após toda a campanha que culminou na abolição da escravidão, não houve medidas capazes de seguir, dentre as pequenas letras, a reintegração desses escravos libertos; nenhuma lei foi instituída para a real destituição desses antigos agentes do trabalho escravo e para fornecer a assistência a eles necessária, que garantisse proteção durante a transição para o trabalho livre.

A história mais profunda que aborda o âmbito social é comumente esquecida e tratada apenas como anexo, como se o ser humano fosse incapaz de adentrar e sentir, de forma reflexiva, a parte humana de todo o processo escravista. Embora, conforme Maringoni (2011), as rebeliões já existissem desde o século 16, só no final do século 19 uma campanha abolicionista organizada aconteceu, todavia, em virtude de o negro ser utilizado como ferramenta de trabalho nos setores cafeeiros afetar a oligarquia, temerosa em perder seu capital, aumentando assim, a repressão.

<sup>1</sup> Lei Áurea (1888). Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Brasília, DF: Câmara dos Deputados.





## O Quilombo Mumbaça

O Quilombo Mumbaça, localizado em Traipu, estado de Alagoas, assim como diversos outros quilombos, surgiu do processo de fuga dos negros para territórios de difícil acesso, onde senhores de engenho e guardas não podiam alcançá-los para recuperá-los. Por esse motivo, Mumbaça situa-se entre morros. Recebeu esse nome devido à presença de palmeiras compostas por espinhos, que eram utilizadas para dificultar a passagem dos guardas, sendo posicionadas nos locais de passagem, atuando como uma espécie de arame farpado.

Em seu surgimento, Mumbaça agrupava um enorme território que, anos depois, foi subdividido em quatro regiões: Uruçu, Tabuleiro, Belo-Horizonte e Mumbaça. Atualmente, a área conhecida como Mumbaça corresponde a apenas 40% da extensão inicial. Sua origem teve início na chamada “Lagoa dos Negros”, localizada na atual região de Uruçu, concentrada em Mumbaça entre os séculos 17 e 18.<sup>2</sup>

As antigas masmorras dessa localidade foram arrancadas, dando lugar às casas dos moradores. A seguir, são apresentados registros fotográficos atuais da comunidade Mumbaça:



2 Informações obtidas por meio de entrevista com o presidente da Associação Clube de Jovens Senhor dos Pobres do Desenvolvimento Quilombola do Povoado Quilombo Mumbaça no dia 06 de abril de 2025, às 09h16, na comunidade Mumbaça.

**Figura 1 – Praça da Mumbaça**



**Fonte:** Arquivo dos autores, 2025.

**Figura 2 – Residências da comunidade Mumbaça**



**Fonte:** Arquivo dos autores, 2025.



Conforme mencionado no documentário *Mumbaça*, de Manuel Oliveira (2024), a comunidade teve sua economia constituída através do trabalho escravo para a produção de café, algodão, cana-de-açúcar, frutas como coco, banana, manga e goiaba, que ainda estão presentes no local, porém em menor quantidade. O território é rico em ár-



vores como ipê, jatobá, cedro e aroeira, dentre outras que foram sendo destruídas pela população, hoje existindo em pequenas quantidades.

Os escravizados iam ao território agrícola para plantar e colher as produções, chegavam por volta das seis horas da manhã e voltavam às cinco horas da tarde; em muitas das vezes, sequer tinham alimento. No sistema escravista, os escravos colhiam as plantações durante o dia e dormiam em senzalas à noite. Após a abolição da escravatura, o trabalho era remunerado através de grãos de milho torrado e moído, para produzir fubá, ou mandioca ralada.

Adicionalmente, ainda segundo o documentário *Mumbaça*, de Manuel Oliveira (2024), após a abolição, a população negra passou a viver da agricultura, dando continuidade ao plantio de milho, feijão e mandioca, cultivados principalmente pelas mulheres, que se lançavam ao sol para cuidar do plantio. A mandioca tornou-se uma das principais atividades agrícolas, pois era com ela que se dava a produção da farinha de mandioca, processo comumente realizado pelas mulheres.

Com a chegada da Igreja Católica à região, frei Paulo, junto aos padres José e Pedro<sup>3</sup>, instigou a ideia de um território quilombola, trazendo a questão à comunidade. Em 1997, uma equipe do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (Iteral), em conjunto com antropólogos, iniciou o processo de titulação do território Mumbaça como qui-



<sup>3</sup> Para fins ilustrativos, utilizamos nomes fictícios de José e Pedro como representação de dois padres da Comunidade Mumbaça, na cidade de Traipu-AL.

lombola. Nesse mesmo ano, Mumbaça participou do primeiro seminário em Maceió.

Entretanto, com os processos das regiões que surgiram da subdivisão do antigo território, Mumbaça foi uma das últimas comunidades de Traipu (AL) a ser reconhecida como território quilombola, em 2010, consoante às informações da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA). Esse lento processo até a titulação se deve à resistência de grupos não naturais da localidade, que se recusaram a aceitar a região como quilombola. Porém, em virtude dos documentos assinados durante a visita dos antropólogos, a região pôde ser titulada.

No dia 25 de novembro de 2024, Mumbaça foi oficialmente reconhecida como uma das comunidades quilombolas do Brasil, ainda segundo a AMA, no Parque Memorial Quilombo dos Palmares. Seu atual território abriga cerca de 401 famílias quilombolas na região, marcada por resistência e cicatrizes da escravidão, dor que o tempo é incapaz de dissolver.

Antônio Gonçalves<sup>4</sup>, agricultor aposentado residente no Quilombo Mumbaça, em sua fala, demonstra as profundas dores do período escravista: “O negro era ferrado como se ferra o gado, e vendido como um animal aos brancos”. Esse processo era muito comum quando se tratava da comercialização de escravizados.

A população negra foi riscada a faca pelo preconceito e pela negligência, o que resultou numa carência interminá-

---

<sup>4</sup> Para fins ilustrativos, utilizamos o nome fictício Antônio Gonçalves como representação de um morador da Comunidade Mumbaça, na cidade de Traipu-AL.





vel de preservação e respeito. Mesmo que a atual sociedade tente esconder e esquecer essas dores, elas marcam a história desde o surgimento dos quilombos até a atualidade.





### **3 SILENCIAMENTO DAS RAÍZES:**

## **A RELIGIÃO QUILOMBOLA ENTRE RESISTÊNCIA E APAGAMENTO**

Conhecer a religião quilombola é essencial para entender sua trajetória e o porquê do preconceito existente. Sua história tem origem africana, com a população negra forçada a vir como escravizada ao Brasil e tendo que esconder seus costumes, de modo que foi necessário até mesmo camuflar sua fé em outra – o cristianismo.



Para que não fossem descobertos e pegos, os negros ocultavam seus orixás em imagens de santos católicos. Segundo Elson Barbosa (2019), “A Igreja Católica proibia os rituais, os escravos africanos cultuavam seus orixás, inquices e vodus escondidos atrás de imagens católicas”. Isso aconteceu bastante no processo de catequização, em que vários dos escravizados tentavam manter sua cultura, porém, acabavam sendo perseguidos.

A Igreja Católica tentou, inúmeras vezes, acabar com as religiões de matriz africana, numa tática para acelerar o processo de escravização: a ideia de “conversão” dos escravos para o cristianismo. No entanto, não se alcançou êxito, pois muitos camuflavam a própria fé.



No período literário do Modernismo, segundo Bosi (1970, p. 356) em muitas obras literárias, é observada a questão do sincretismo, marcado por grupos que tentavam manter suas tradições. Como em *Jubiabá*, de Jorge Amado (2020), que narra a influência religiosa na vida de um jovem apaixonado por uma mulher que vive entre o catolicismo e o candomblé, representando o sincretismo religioso na Bahia.

*Tenda dos milagres*, outro romance de Jorge Amado (1982), explora o sincretismo através do personagem Zé do Bonfim, um homem que se dedica a cuidar dos doentes e a curar com a ajuda da fé, mostrando a mistura de diferentes crenças na Bahia.

Em ambos os livros, percebe-se a intersecção entre o catolicismo e a fé de matriz africana, como se fosse uma interligação entre dois mundos. Esses títulos também marcam a Igreja como uma das principais impulsionadoras do preconceito religioso que a população negra iria enfrentar.

Apesar de a Igreja Católica ter promovido a conversão dos escravizados, houve algumas contradições quanto a isso. Um bom exemplo é a bula *Dum Diversas*, de 1452, que autoriza a escravidão de “infiéis”; porém, em documentos posteriores, a Igreja condena o tráfico de escravos e a escravidão. Analisando-se esses e outros arquivos, como a bula *Sicut Dum Dum* (1435), do papa Eugênio IV, e a bula *Sublimis Deus* (1537), do papa Paulo III, que também condenam a escravidão, nota-se o papel da Igreja Católica na abolição da escravidão.



Apesar disso, a Igreja comungou, por muito tempo, com a escravidão e contribuiu para a discriminação e a exclusão que sofreu – e continua sofrendo – a população negra no Brasil. Durante o período de união entre Estado e Igreja, na Idade Média, a exclusão das religiões de matriz africana foi muito forte. Apesar da posterior separação entre Clero e Estado, isso não acabou. Como o catolicismo se tornou a religião mais forte no País, outras crenças foram tratadas com total desprezo, situação que perdura até os dias atuais.

Segundo Barreto Júnior (2021, p. 118):

No contexto colonial, a Igreja Católica, religião oficial, e o Estado imprimiram um controle ferrenho no que diz respeito ao campo religioso, reprimindo sistematicamente as práticas e crenças religiosas dos protestantes, dos índios e, sobretudo, dos negros escravizados.



Em outro trecho, o autor afirma que:

O sistema político republicano estabeleceu, na sua primeira Constituição (1891), a secularização do Estado, separando-o da Igreja, e passando a garantir, no plano jurídico, o livre exercício da manifestação religiosa. A expressão da manifestação religiosa de matriz africana continuou sendo cerceada, atingida pelos dispositivos do novo Código Criminal (1890), que considerava como crimes o curandeirismo, (art. 158) e o espiritismo (art. 197), atingindo diretamente a cultura religiosa de matriz africana, e consagrando-se enquanto forma de dominação cultural a partir dos valores europeus sustentados pela Igreja



Católica, que mesmo oficialmente separada do Estado continuava a ter privilégios e uma estreita relação com o poder.

Outro fato a se destacar é a educação religiosa, que, muitas vezes, mostra outras religiões como ruins. Na maioria desses casos, por falta de conhecimento religioso, a desinformação e o preconceito são passados de geração a geração pela própria família, disseminando a discriminação e fazendo com que os jovens cresçam vendo as religiões de matriz africana, principalmente, de forma negativa.

Na escola, a educação religiosa não é conduzida da maneira correta. De acordo com a BNCC (Brasil 2018), deveriam ser promovidos o conhecimento e a compreensão das diversas religiões, seus fundamentos, costumes e valores. No entanto, na prática, essa abordagem é bastante limitada. As escolas brasileiras, assim como o próprio Estado, falham em tratar a educação religiosa com a seriedade necessária.

Um exemplo disso é a Lei 9.459, de 13 de maio de 1997 (Brasil, 1997), pouco conhecida pela população, que altera os artigos 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Brasil, 1989), que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Isso evidencia um cenário comum no País: a falta de informação nas instituições de ensino.

Como afirma Sidnei Barreto Nogueira (2021), em entrevista ao *Jornal da USP*, a ausência de amparo legal, somada à falta de conhecimento, contribui para a estereotipação e a construção de uma imagem negativa sobre determinadas religiões. Essa situação alimenta a intolerância religio-



sa, mesmo com a existência de leis, como a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (Brasil, 2003), que torna obrigatório o ensino da história e da cultura africana em escolas públicas e privadas do País. O professor Sidnei Nogueira ainda destaca que essas culturas continuam tendo pouco espaço nas salas de aula. Ele aponta que a escola poderia ser um ambiente fundamental na luta contra a intolerância religiosa, ao formar cidadãos mais conscientes e abertos à diversidade cultural e religiosa.

Outro fato a se destacar é a falta de conhecimento por parte dos descendentes diretos da cultura de matriz africana ou dos descendentes de seus praticantes. Por exemplo, na comunidade Mumbaça, muitos descendentes diretos de quilombos não conhecem sua religião e a cultura a ela pertencente, optando pelo cristianismo, o que prova que os processos de colonização se mantêm até hoje. Os jovens tendem a não reconhecer sua própria cultura.

Com o passar do tempo, fatos como esses acabam, infelizmente, tornando-se mais comuns e agravando a questão do esquecimento e da invisibilidade da cultura religiosa. Os quilombos eram um espaço de preservação cultural. No entanto, em Mumbaça, registrada oficialmente como quilombo em 2010, os moradores não se reconhecem como pertencentes a essas raízes.

Justamente por conta da falta de conhecimento, o catolicismo se tornou predominante – o que não é, necessariamente, um problema. O verdadeiro problema surge quando a religião original das pessoas é apagada com o tempo. Nessa comunidade, é possível observar diversos





elementos culturais deixados pelos escravizados ao longo dos anos. Um bom exemplo é a igreja construída por eles, conforme mencionado no documentário *Mumbaça*, de Manuel Oliveira (2024). A igreja foi feita totalmente de pedras carregadas pelos próprios escravizados.

Outro elemento significativo são as imagens dos santos, especialmente a do “Senhor dos Pobres”, que, segundo os moradores, também foi feita pelos escravizados. A imagem foi encontrada e levada para a igreja, onde permanece até os dias de hoje. Os elementos deixados pelos escravizados, com o tempo, foram sendo completamente, ou quase completamente, absorvidos pelo catolicismo, fazendo com que suas origens fossem praticamente apagadas pela influência religiosa e pela passagem do tempo.

Em épocas mais antigas, havia uma imagem chamada “Mãe da Piedade”, que, segundo relatos, foi construída por quilombolas. Essa imagem foi, posteriormente, levada pelo padre Pedro e substituída pela imagem do Senhor dos Pobres, como é mostrado no documentário *Mumbaça*.

Esses fatos comprovam que o processo de catequização ao qual os escravizados foram submetidos naquela época ainda se mantém forte na comunidade. Apesar dessas figuras religiosas terem grande significado dentro do catolicismo e serem respeitadas pela população local, esse não é o verdadeiro sentido que elas possuíam originalmente.

Embora a Mãe da Piedade tivesse um significado semelhante ao do Senhor dos Pobres, para os escravizados, ela representava uma entidade distinta. Mesmo tendo cons-



truído a igreja, eles cultuavam divindades diferentes das católicas. Muitas vezes, usavam símbolos católicos apenas como uma forma de esconder sua verdadeira cultura. No entanto, com o tempo e a influência de outras gerações, essa herança foi sendo esquecida.

Esse esquecimento não é recente. Moradores mais antigos de Mumbaça afirmam que até mesmo seus bisavôs já eram católicos, o que mostra que o “apagamento” cultural aconteceu há bastante tempo. Isso também é destacado no documentário *Mumbaça*, em que o próprio Manuel Oliveira (Bie), responsável por ajudar no reconhecimento oficial de Mumbaça como quilombo, afirma que não sabia o que era um quilombo. Ele, assim como outros moradores, demonstra desconhecimento sobre sua própria origem. Bie revela, ainda, que não sabia que seus antepassados haviam sido escravizados, mesmo sendo ele quem ministrou a catequese e ajudou a fundar a igreja, por volta de 1990.

O catolicismo tornou-se tão presente na comunidade que as celebrações são voltadas ao Senhor dos Pobres, em vez da Mãe da Piedade. Praticamente todos os ritos religiosos são de influência católica, o que, como já dito, não é um problema em si. O que preocupa é a ausência de elementos que reavivem ou revelem as verdadeiras origens da comunidade.

Além disso, é importante lembrar que pessoas escravizadas viveram ali e foram as responsáveis pela construção do local. No entanto, não há registros visíveis ou ações concretas que resgatem essa história ou que evidenciem a importância dessas pessoas na formação da comunidade. Isso é lamentável. Embora as celebrações católicas sejam belas,





elas acabam por obscurecer as verdadeiras raízes do povo. O processo de catequização iniciado no passado ainda se mantém, mesmo que de forma sutil.

Estudar a história da Mumbaça é essencial para compreender o papel dessa comunidade, tanto para seus moradores quanto para o País. A trajetória desse povo, marcada por opressão e resistência até os dias de hoje, precisa ser conhecida, valorizada e transmitida, especialmente às novas gerações, que, muitas vezes, desconhecem suas próprias raízes.

Com este texto, buscamos despertar consciências e promover o reconhecimento da Mumbaça como o que ela, de fato, é: um quilombo. Apesar do reconhecimento oficial, ainda há quem não saiba o que significa ser quilombola ou o que é um quilombo. Essa falta de conhecimento alimenta o preconceito e a exclusão. Por isso, acreditamos que o conhecimento é a ferramenta mais poderosa para combater a ignorância e a discriminação.





## **4 MUMBAÇA E A REALIDADE QUILOMBOLA:**

### **ENTRE A TRADIÇÃO E A RESISTÊNCIA AO RACISMO**

Um dos principais desafios enfrentados pela sociedade negra é o preconceito racial enraizado na comunidade brasileira, visto que os povos quilombolas são negligenciados. É importante ressaltar o quanto a cultura negra é desvalorizada no âmbito social, conduta realizada quando o corpo social idealiza uma cor, um estilo e uma arte.

Os quilombos vêm sendo restritos aos direitos básicos pelo fato de possuírem costumes distintos da coletividade nacional. Esse impasse é desenvolvido quando os transportadores da cultura quilombola são ignorantes em relação à segurança cultural que deve ser conservada, em que são culturalmente vistos como um povo criativo e típico, assim como marginalizados. Nessa lógica, a intolerância racial é realizada pela sociedade brasileira quando a participação social é heterogênea no sentido da construção visual da comunidade, pela utopia de manter a concepção branca na sociedade nacional.





Em março de 2025, o atacante Luighi, do Palmeiras, chorou ao sair de campo depois de receber ofensas racistas de torcedores e ser comparado a um macaco (Martins, 2025). Esse é apenas um dos muitos exemplos de casos vividos por pessoas negras em que se percebe como a idealização social atual segue o padrão do eurocentrismo.

A exclusão sustentada na cor da pele prevalece, essencialmente, nos afrodescendentes e nativos brasileiros, os indígenas. Dessa forma, marginalizando a cor da pele preta pela memória da escravidão, ocasionando a privação de atividades cotidianas na comunidade, condiz-se com o pensamento de Rousseau (1999) de que as palavras “escravidão” e “direito” são contraditórias e se excluem mutuamente. Isso se manifesta no hábito diário, em abordagens distintas, sobretudo quando uma pessoa negra anseia buscar um lugar de visibilidade na civilização. A abolição da escravatura de 13 de maio de 1888 foi realizada com a intenção de os afros serem libertados do mercado negro, em que eram sintetizados em força física e uma diversidade de estereótipos negativos.

Existe o fato de o corpo social ser hipócrita quanto às realizações de tradições negras quando há persistência da sociedade em repetir os costumes dos afrobrasileiros, mas não se contribui para a socialização livre dos povos mencionados. “Ao negro não é negado o direito de ser livre, mas lhe são negadas condições dignas de vida, repetindo-se, muitas vezes, lógicas semelhantes à da escravidão” (Nunes, 2006, p. 89).



Conforme notado anteriormente, a sociedade menospreza a cultura afro, desmoralizando-a e contribuindo para o eurocentrismo, tornando-se mais resistente na comunidade. As tradições africanas e indígenas têm intervenção significativa na formação da cultura brasileira atual, na culinária, na agricultura, na arte de roupas, utensílios, esculpturas etc. Por meio desses fatos, são notados o preconceito racial e o esforço implícito de se igualar aos europeus na cultura brasileira: “Eu europeu, que toma para si a centralidade do discurso e a condução da racionalidade” Maia e Farias (2020, p. 578).

No dia 3 de julho de 1951, foi implementada a primeira lei contra o racismo no Brasil. Não obstante, a lei é negligenciada pela sociedade ao permanecer executando a discriminação racial. Estudos recentes (Alves, 2024) mostram que 59% dos brasileiros são racistas, ou seja, a mestiçagem presente no País faz parte da contabilidade de racismo nacional, confirmando que as vítimas desse conservadorismo negro mostram comportamento hipócrita nesse impasse, pois os que buscam extinguir o racismo são os mesmos que sustentam sua durabilidade. Como apontado por Frantz Fanon (2008), o negro cria para si um racismo antirracista. Essa ocorrência é concretizada ao longo do comportamento plantado no intelectual do negro, idealizando uma forma de agir, pensar e ser, tornando-se oprimido pela sociedade e ocasionando sacrifício pessoal.

Percebe-se o preconceito racial frequente nos institutos de ensino brasileiro, pela romantização de origem das crianças e adolescentes dos princípios a serem cumpridos. A





pedagogia está presente na vida cultural do ser humano, para ser utilizada no crescimento intelectual do indivíduo. Todavia, quando é excluída uma tradição ou é fantasiada uma aparência ideal, se está restringindo uma herança cultural.

O *bullying*<sup>5</sup> escolar também está alinhado ao preconceito racial e cultural, dando ênfase na permanência de ambos na sociedade brasileira. Além disso, os centros educacionais do País não possuem métodos eficazes contra o preconceito, seja ele de raça ou tradicional. Jean-Claude Forquin (1971, p. 42) realça: “O objetivo é interrogar-se sobre as modalidades da transmissão cultural, tendo em conta os constantes fracassos das medidas pedagógicas postas em prática pelo sistema de ensino”.

Os povos quilombolas mencionados anteriormente são vítimas do preconceito racial que se prolonga para exclusão social. Essas comunidades, repartidas pelo território nacional, são excessivamente confinadas pela sociedade, visto que existem diferenças na cultura proposta. Esses povos, sendo originalmente da África, possuem religião distinta das crenças brasileiras, sofrendo as consequências por praticar doutrinas diversas, mesmo o País apresentando legislações que comprovam a adoção do laicismo, como o artigo 19 da Constituição Federal de 1988.

Adequando-se à herança africana no Brasil, os quilombos dominam múltiplas religiões: candomblé, sincretismo religioso, umbanda, catolicismo e evangelho, segundo Silva e Melo (2011, p. 1375). O racismo disfarçado como

5 Comportamento agressivo e antissocial de estudantes, sem motivação evidente, em uma relação desigual de forças.



“moral religiosa”, baseado na melanina, é comum na comunidade brasileira, visto que se compara a cultura preta com a cultura branca, buscando o padrão cultural eurocêntrico.

O quilombo brasileiro é descendente dos africanos escravizados. A maior concentração de seu povo ocorre nos estados da Bahia e do Maranhão, migrando para Alagoas, dominando significantes regiões de terras para preservar suas culturas. Os povos quilombolas brasileiros padecem de racismo institucional quando a titulação de terras tradicionalmente ocupadas por seus antepassados é negligenciada. Essas comunidades são oprimidas e intimidadas na sociedade brasileira, sendo forçadas a mudar-se de território.

O que chama atenção nas disputas políticas em torno da legalização das terras remanescentes de quilombos é a transformação dos quilombolas em etnia. Com efeito, se tomam os termos de Hutchinsone Smith (1996).

Com o decorrer dos anos, a mestiçagem alterou as características essenciais desses povos refugiados, como a melanina e os traços raciais, criando um ponto fraco para a discriminação e a exclusão das comunidades remanescentes de quilombos da sociedade brasileira.

Apesar de a maioria das crianças participantes do projeto ter cabelo crespo, pele negra retinta, entre outros aspectos que evidenciam sua negritude, as meninas (principalmente elas) desenhavam a si mesmas como garotas de cabelo liso, pele clara, usavam lápis de cor bege para a pintura de seus corpos etc. (Libardi; Nascimento, 2023, p. 4).





Percebe-se que a miscigenação incentivou membros quilombolas com particularidades negras para a concepção de branqueamento, com o objetivo de minorar o preconceito racial que se solidificou na comunidade nacional.

Em Alagoas, existem coletividades de quilombos reconhecidos pelo Governo brasileiro, assim como há pequenos agrupamentos quilombolas espalhados pelo território do estado que não são reconhecidos oficialmente. O racismo está presente no conjunto das comunidades, sejam elas reconhecidas ou não.

Na Serra da Barriga, está localizado o Quilombo dos Palmares, no município de União dos Palmares, onde a população enfrenta desafios como o racismo estrutural, discriminação que afeta diversos aspectos da vida das pessoas negras, como educação, saúde e emprego.

A visibilidade dos povos quilombolas na sociedade é complexa, já que a intolerância racial se faz presente. No estado de Alagoas, é despercebida a comunidade do Quilombo Carrasco, que abrigou quilombos em tempos passados e foi certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. Todavia, em virtude da marginalização racial e da ausência dos direitos básicos civis, o povo do Quilombo Carrasco vem apresentando dificuldades com água potável e preconceito racial:

Apesar dos avanços legais, os quilombolas enfrentam diversos desafios, como a regularização fundiária, acesso a serviços básicos, educação e saúde, além do combate ao racismo e à discriminação (Patriota, 2024).



É fundamental ressaltar a coletividade de Uruçu, que também se localiza em Alagoas. Esse povoado é reconhecido como uma resistência quilombola e habitado por descendentes negros. Porém, pela miscigenação, as características e as tradições estão passando por modificações relevantes. Por essas justificativas, percebe-se o preconceito de raça na sociedade, em que o afetado é intimidado por não apresentar externamente traços fenotípicos negroides e exalar características negras em sua essência.

No interior de Uruçu, as oportunidades acadêmicas são reduzidas, coagindo os povos remanescentes quilombolas a migrar para institutos educacionais distintos, colaborando, dessa forma, para o *bullying* de raça, já que a cor da pele amarelada (consequência do cruzamento de raças) seria objeto de ataque por membros da realidade preconceituosa.

É interessante notar que o racismo prevaleceu em situações anteriores e permanece atualmente. A história do movimento quilombola é semelhante à luta contra o racismo, em que são denunciadas a falsa abolição e a falsa democracia racial, visto que a escravidão se faz presente internamente, semelhante ao argumento de Gomes (2022). A igualdade racial não é implementada na sociedade brasileira, fundamentalmente quando há frações de raça em um país miscigenado.

Equivalente às informações transcorridas, manifesta-se a comunidade Mumbaça, estabelecida no interior de Traipu (AL). Esse povoado, caracterizado pelo refúgio dos sobreviventes escravizados, os chamados quilombolas, é negligenciado pela sociedade nacional.





A comunidade Mumbaça expressa a resistência da discriminação racial inserida no cenário quilombola. Na medida em que a situação da marginalização se agrava, o racismo está presente. Nesse raciocínio, os moradores, por serem de uma comunidade negra, estão vulneráveis aos preconceitos raciais contidos nas redondezas do povoado. Assim, como os povos negros que vivem no corpo social de Uruçu, a Mumbaça também padece de imperceptibilidade: “o passo a ser dado para solucionar uma questão é tirá-la da invisibilidade” (Ribeiro, 2023, p. 1).

O preconceito de raça se faz constante nessa comunidade, onde a miscigenação teve causas relevantes quanto aos integrantes desses povos quilombolas. Os institutos de ensino próximos ao povoado são hospedeiros do racismo. Escolas próximas comportam crianças e adolescentes descendentes de quilombolas, mas, internamente, o racismo recreativo é expresso em piadas e comentários maldosos.



O problema não é só a piada, é como o conteúdo da piada determina o tratamento das pessoas negras em todos os contextos. As piadas expressavam um estereótipo do negro, e esse estereótipo me colocava na posição de alguém que não poderia ter respeito social (Moreira, 2021).

A comunidade busca a permanência de suas tradições quilombolas por meio de festividades anuais, em que o preconceito de raça é reprimido transitoriamente. Conduzindo para a religião, os mumbaceiros organizam festas para glorificar a memória de seus padroeiros, como o Se-

nhor dos Pobres. A devoção quilombola, sendo distinta da adoração da população próxima, resulta em marginalização dos povos negros na sociedade.

Na comunidade quilombola de Mumbaça, atualmente, os idosos quilombolas ou descendentes desses povos demonstram o racismo padecido em suas expressões faciais e assuntos falados, segundo o documentário *Mumbaça* (Oliveira, 2024).

Se um fugisse, sabia. Era ferrado com ferro de ferrar gado no fogo. Botava fogo pra ferrar os negros. Não era dizer que tinha aqueles negros, que era livre que nem nós vive [sic.] hoje, não. Eles eram ferrados (Depoimento de José Azevedo<sup>6</sup>, 2024).

É notada a estigmatização desses povos nas ancestralidades da comunidade. O preconceito racial marca presença, enraizado desde a história inicial dos povoados determinados quilombolas. É vista e frequente a resistência racial dos negros remanescentes do quilombo alagoano, devido à sociedade relacionar a cor da pele negra e amarelada a uma índole questionável. Não suficiente, os descendentes de escravizados africanos são negligenciados pelas comunidades próximas aos seus locais de sobrevivência.

Destarte, a supressão do preconceito racial está sendo executada de forma gradual ao longo dos anos. O início dessa conduta foi concretizado em 1888, com a abolição dos escravos alagoanos juntamente aos demais estados bra-

<sup>6</sup> Para fins ilustrativos, utilizamos o nome fictício *José Azevedo* como representação de um morador da Comunidade Mumbaça, na cidade de Traipu-AL.



sileiros. Em comunidades quilombolas reduzidas, como o povoado de Mumbaça, é efetuada a falsa abolição que se faz constante na sociedade. Portanto, a discriminação racial se apresenta de forma explícita, por meio da marginalização da cultura negra e da exclusão dos povos quilombolas da sociedade brasileira.

A comunidade quilombola de Mumbaça resiste ao racismo estrutural, em que os mesmos povos reconhecem e se esforçam para a abolição desse comportamento racista inserido na sociedade em que vivem. Os povos do agrupamento mencionado, desgastados pela exclusão social e dos direitos básicos, solicitaram apoio para recursos e para as comemorações da Consciência Negra, em memória das tradições de seus povos remanescentes quilombolas.



Vem respeitosamente Solicitar Apoio para o Projeto Mumbaça Cultural de 29 de Novembro de 2019 em Virtudes das comemorações da Consciência Negra, O Mumbaça é um Projeto com Vários Anos de Realizações e vai de 29 de novembro a 01 de dezembro de 2019. Isso sendo realizados todos os anos (Silva, 2019)<sup>7</sup>.

Percebe-se que a comunidade de Mumbaça obteve reconhecimento pela Prefeitura de Traipu quanto aos recursos recebidos pelos quilombolas. Porém, a marginaliza-

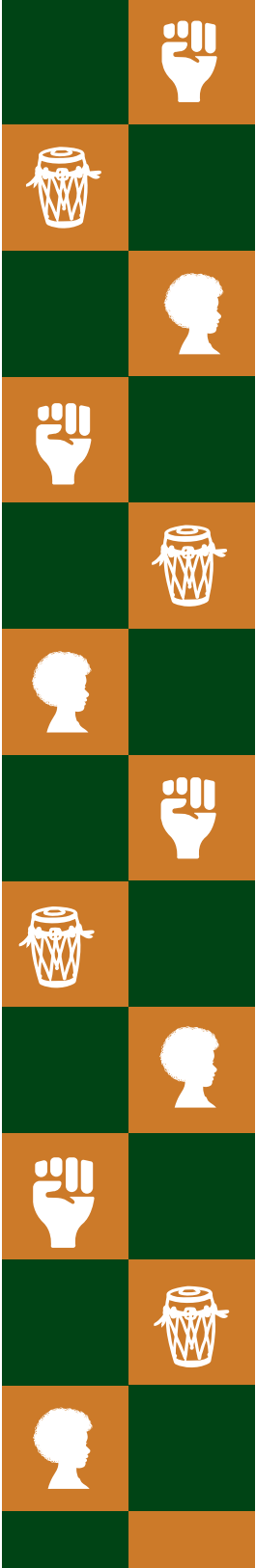
<sup>7</sup> Trecho retirado do Ofício 0059/2019 da Associação Clube de Jovens Senhor dos Pobres do Desenvolvimento Quilombola do Povoado Quilombo Mumbaça. Disponível em: [https://transparencia.al.gov.br/media/contratacoes\\_diretas/02.-3229060\\_Solicitacao.pdf](https://transparencia.al.gov.br/media/contratacoes_diretas/02.-3229060_Solicitacao.pdf). Acesso em 04 de abril de 2025.

ção da melanina se faz constante no interior referenciado por quilombo.

Por conseguinte, as tentativas conquistadas da valorização negra no povoado de Mumbaça foram efetuadas recentemente. O preconceito racial está conectado às culturas da comunidade quilombola, onde é mais vista a preferência de cor do que especialidade em redes trabalhistas.

O Movimento Potências Negras informa que 63% das mulheres quilombolas já passaram por situações de discriminação em processos seletivos trabalhistas (Dias, 2022).







## **5 MULHERES QUILOMBOLAS:**

### RESISTÊNCIA, CULTURA E PROTAGONISMO EM MUMBAÇA

A cultura quilombola representa o imenso vigor dos povos afro-brasileiros, sendo marcada por sua preservação ancestral, cânticos, dança e gastronomia, enraizados na relação com a terra e com a memória coletiva. No entanto, vem passando por desafios, como a exclusão de indivíduos que, boa parte, continuam sem reconhecimento.



A cultura é o que nos faz ser quem somos ao crescer social e economicamente em um ambiente. Compreender a cultura quilombola, portanto, é também reconhecer sua contribuição para a diversidade cultural brasileira e sua importância para a construção de um país mais justo.

Uma das principais pautas do movimento quilombola, diretamente relacionada à garantia de seus direitos culturais, está prevista no artigo 68 da Constituição Federal (Brasil, 1988): “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Entretanto, no quilombo, assim como no passado colonial, a identidade quilombola



se constrói, hodiernamente, como identidade de luta e resistência: antes, contra a captura e a escravização; hoje, contra a invisibilidade e a negação da existência do sujeito enquanto quilombola.

Nesse contexto, é fundamental reconhecer o papel das mulheres na cultura quilombola. Elas são as verdadeiras guardiãs dessa rica herança cultural, desde os tempos coloniais. Exemplos como Dandara, Anastácia, Luiza Mahin e Acotirene, dentre tantas outras, deixaram um legado de resistência que inspira as mulheres quilombolas até hoje. São elas que, com força e sabedoria, exercem a liderança e sustentam a vida no quilombo.

De acordo com Luzia Soares<sup>8</sup>, em depoimento ao documentário *Mumbaça* (Oliveira, 2024):

Palmares foi organizado não por Zumbi dos Palmares, mas por Acotirene, líder religiosa. Com a saída dos homens para trabalhar, as mulheres têm que assumir as comunidades e suas tradições e manifestações culturais também no roçado e na criação dos filhos e filhas.

Isso evidencia a importância das mulheres na história de luta e resistência.



<sup>8</sup> Para fins ilustrativos, utilizamos o nome fictício *Luzia Soares* como representação de uma moradora da Comunidade Mumbaça, na cidade de Traipu-AL.

## Violência de gênero

É inadmissível não destacar que a escravidão não foi abolida em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, e sim amenizada, de forma que não seja visível na sociedade.

As mulheres são vítimas de violência doméstica e machismo, e o quilombo não está fora dessa realidade, pois está interligado ao que os homens brancos deixaram como legado desde o período colonial, quando, como punição aos rebeldes, aplicavam surras a quem ia contra os senhores. Isso se torna uma herança para as pessoas da atualidade, para quem a desobediência deve ser resolvida na base da violência e de agressões.

A quilombola tem a função de dirigir a cultura da terra, uma terra coletiva sem donos individuais. Elas não são apenas parceiras sexuais dos homens, mas quem os dirige na administração do Quilombo. Os homens têm poder de ver a obediência às mulheres, porque são elas que cuidam dos campos cultivados, são representantes do conselho dos maiores e respondem pela produção do Quilombo diante do conselho dos maiores (Lindoso, 2011, p. 75).

As mulheres quilombolas são negligenciadas de diversas formas, sejam elas políticas, sociais ou até mesmo econômicas. Elas são silenciadas, tendo a própria voz desvalorizada, mesmo quando possuem várias experiências e conhecimentos extremamente importantes. A falta de re-





conhecimento dificulta o acesso a oportunidades e direitos dia após dia. As lutas dessas mulheres são vistas como políticas e, mesmo no quilombo, elas são vítimas de racismo e sexismo (Dealdina, 2020).

## **Desigualdade racial da figura feminina**

Ainda que, atualmente, a população brasileira tenha se alterado um pouco, as particularidades femininas e as habilidades sociais, morais e intelectuais das mulheres quilombolas continuam indesejáveis pela sociedade. Esse estigma confirma o quanto o racismo se manifesta e prioriza as mulheres negras, pois elas estão situadas na base da pirâmide social, ao contrário da população branca, que está no topo da pirâmide (Carneiro, 2003).

É evidente a dificuldade das mulheres quilombolas em relação à desigualdade comparada à das mulheres brancas. As mulheres quilombolas enfrentam desafios maiores no acesso aos seus direitos, enquanto as mulheres brancas têm mais facilidade para chegar a esses recursos.

Há uma grande disparidade entre mulheres brancas e mulheres negras em relação ao padrão estético, em que a branquitude é considerada superior e as mulheres negras são inferiorizadas. Desse modo, as mulheres negras com cabelos cacheados frequentemente recorrem à prática de alisamento; além disso, fazem cirurgias estéticas para alcançar o padrão da sociedade branca.

Porém, diante das diferenças, existem semelhanças em questões negadas à mulher quilombola e à mulher bran-



ca, pois ambas compartilham desafios como desigualdade salarial e lutas por reconhecimento, buscando garantir igualdade e justiça social, em busca de um futuro igualitário para todas as mulheres.

## Mulheres quilombolas na agricultura

As mulheres quilombolas desempenham um papel importante, transmitindo seus saberes ancestrais sobre agricultura, produção de alimentos, medicina natural, cura de doenças, música, dança e a realização de cerimônias religiosas. Além disso, elas ocupam várias áreas, como educação, economia, saúde e política, liderando a organização, e também são associadas à luta pela garantia de direitos territoriais.

Sob esse viés, é importante destacar seu papel na agricultura, porque são elas que cuidam da biodiversidade e garantem a produção sustentável e a segurança alimentar da população quilombola com as plantações de mandioca, feijão, arroz, frutas e verduras. Entretanto, o gênero feminino sofre com a luta pela preservação de terras, por causa da neocolonização, que, segundo Boaventura de Sousa Santos (2010), é a persistência do que chama de “epistemicídio”, ou seja, a invisibilização dos saberes locais e tradicionais diante da hegemonia do conhecimento ocidental, o que perpetua a desigualdade e o controle simbólico., dificultando o plantio, não garantindo o trabalho nem renda de subsídio para os povos quilombolas.





Além desse impasse, existe a sobrecarga de trabalho, pois as mulheres do quilombo dividem o tempo para a realização de suas atividades cotidianas, como cuidados domésticos, criação dos filhos e família, e o trabalho na roça, sem nenhuma exceção para autocuidado.

### Figura feminina na Mumbaça

Mulheres quilombolas como dona Maria, dona Teresa e dona Lúcia<sup>9</sup> são reconhecidas como referências vivas da história cultural da comunidade de Mumbaça. Com trajetórias marcadas pelo trabalho na agricultura ao lado de suas famílias, elas simbolizam a força e a resistência das mulheres do campo. Em tempos de colheita, suas vivências eram celebradas com grandes festas, especialmente durante a tradicional mandiocada.



Em trechos do documentário *Mumbaça*, de Manuel Oliveira (2024), essas mulheres compartilham suas memórias. Dona Glória, conhecida como rezadeira de criança, recorda como era a vida em Mumbaça antes da chegada da infraestrutura básica. Ela contou que, naquela época, tudo era escuro e só havia areia. Com o passar do tempo, foram implementando o calçamento; depois, instalaram uma antena telefônica para facilitar as ligações; posteriormente, chegou a energia elétrica e, por fim, a internet. Ela relatou, ainda, que cultivavam mandioca, feijão e milho e que, an-

9 Para fins ilustrativos, utilizamos os nomes fictícios *dona Teresa*, *dona Lúcia* e *dona Glória* como representação de três moradoras da Comunidade Mumbaça, na cidade de Traipu-AL.

tigamente, também se plantava algodão, embora isso não ocorra mais.

Dona Emília<sup>10</sup>, também rezadeira, descreveu com saudade a alegria das festas da mandiocada, ressaltando que a colheita, nos tempos antigos, era motivo de celebração. Ela mencionou que chegavam a trazer trezentas tuias de farinha e que, em anos passados, as colheitas eram fartas, mas que, por diversas razões, essa fartura se perdeu com o tempo, e ressaltou que a festa da mandioca era muito animada e que todos cantavam antigas cantigas, consideradas por ela muito bonitas.

Já dona Esmeralda, agricultora aposentada, lembrou com emoção os momentos vividos em família durante a preparação da farinha. Contou que arrancavam a mandioca e faziam a farinha em casa, e que depois vinha a festa, reunindo muitas pessoas. Todos raspavam a mandioca e cantavam juntos, em um clima de muita animação. Ela afirmou que gostava muito de viver tudo aquilo.

Essas mulheres são testemunhas de um tempo e de uma cultura que resiste por meio da oralidade, da música, do trabalho coletivo e da fé. Suas memórias são como sementes que mantêm viva a identidade quilombola de Mumbaça.

Valorizar o papel das mulheres quilombolas no plantio da mandioca é fundamental, porque todo o conhecimento vem delas. Apesar das dificuldades de preservar a tradição cultural dos festejos e do plantio que a comunidade Mum-

---

10 Para fins ilustrativos, utilizamos os nomes fictícios de *dona Emília* e *dona Esmeralda* como representação de duas moradoras da Comunidade Mumbaça, na cidade de Traipu-AL.





baça enfrenta, todos os seus conhecimentos não podem ser distinguidos; eles têm que ser passados de geração para geração, pois seu trabalho garante a autonomia financeira e contribui diretamente para a segurança alimentar de todas as comunidades.





## 6 PARTICIPAÇÃO NO LABMENT

Ao participarmos da Semana de Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Educação Básica (Sinpete) e do Laboratório de Mentoria (LabMent), conseguimos compreender com mais profundidade os objetivos do projeto e entender melhor as etapas da produção deste livro e da escrita científica. Essa vivência foi essencial para o nosso desenvolvimento intelectual e para o amadurecimento do projeto como um todo.



Durante os encontros presenciais e as atividades on-line com a nossa mentora, adquirimos diversos conhecimentos sobre o texto científico e sua construção. As experiências vividas por meio do projeto foram enriquecedoras e, muitas vezes, difíceis de descrever, pois ampliaram significativamente nossa visão sobre o universo acadêmico.

Essa jornada nos permitiu transitar entre o Ensino Médio e o ambiente universitário, despertando em nós o pensamento crítico e científico. O LabMent do Sinpete mostrou-nos que temos capacidade de escrever textos científicos, criar e desenvolver projetos, além de nos dedicar com seriedade à pesquisa. Foi nesse processo que percebemos



o quanto nossas mentes estavam abertas para novas experiências e o quanto somos capazes de avançar no caminho acadêmico com confiança e entusiasmo.





## 7 PERSPECTIVAS

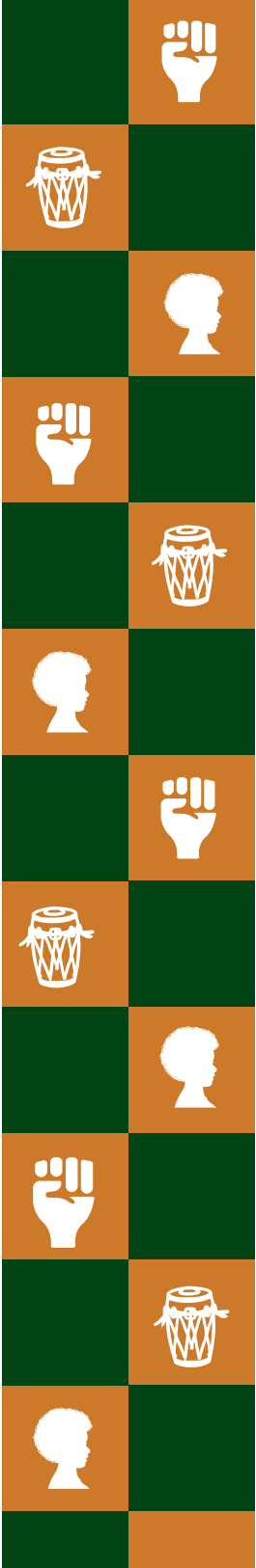
A partir da pesquisa que deu origem a este livro, surgiram diversas possibilidades para o aprofundamento e a expansão do estudo sobre a comunidade quilombola Mumbaça. Uma das principais perspectivas é o fortalecimento de ações educativas nas escolas locais, com foco na valorização da cultura afro-brasileira e na formação antirracista, contribuindo para que estudantes quilombolas reconheçam e se orgulhem de sua identidade.



Além disso, pretende-se ampliar o diálogo com outras comunidades tradicionais do estado de Alagoas, promovendo trocas de saberes e experiências.

Em termos acadêmicos, a continuidade da pesquisa pode envolver desenvolvimento de artigos científicos, participação em eventos e estímulo à produção audiovisual sobre o tema, como forma de ampliar o alcance das vozes quilombolas.

Assim, este estudo não se encerra em si, mas se abre como um ponto de partida para novas investigações, ações sociais e políticas públicas que promovam reconhecimento, pertencimento e justiça histórica.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa permitiu compreender, de forma mais profunda, a importância histórica, cultural e social da comunidade quilombola Mumbaça, localizada em Traipu, Alagoas. Ao longo do estudo, foi possível identificar como essa comunidade, apesar das adversidades enfrentadas ao longo do tempo, permanece viva, resistente e atuante na preservação de sua identidade e de seus saberes ancestrais.

A partir da fundamentação teórica de Darcy Ribeiro, ficou evidente que a valorização das culturas tradicionais, como a quilombola, é essencial para a construção de uma sociedade plural, democrática e menos desigual. Ribeiro (1995) ressalta que os povos historicamente excluídos são, na verdade, protagonistas na formação do Brasil e que o reconhecimento de suas contribuições é um passo indispensável para a superação das desigualdades sociais e raciais.

Ao relacionar o estudo com o ODS 10 - Redução das Desigualdades (ONU BR, 2015), reforça-se a urgência de políticas públicas efetivas voltadas para o fortalecimento das comunidades quilombolas. Isso inclui o acesso a direitos básicos, como educação de qualidade, saúde, moradia e reconhecimento legal de seus territórios.





A pesquisa também evidenciou o papel fundamental da religiosidade como elemento de resistência cultural, além de trazer à tona o preconceito ainda vivenciado pelas populações quilombolas. Destacou-se, de maneira especial, o protagonismo das mulheres quilombolas, que, por meio da oralidade, do trabalho coletivo e da fé, mantêm vivas as tradições e impulsionam transformações dentro e fora de suas comunidades.

Portanto, o estudo sobre a comunidade Mumbança não apenas ampliou o conhecimento sobre a realidade quilombola, como também reforçou o compromisso com a valorização da diversidade étnico-cultural e com a luta por justiça social.

Que esta produção possa contribuir para o fortalecimento de iniciativas educacionais e acadêmicas que promovam o respeito, a inclusão e a equidade, dando voz aos povos que há séculos constroem a história do Brasil.

Sendo assim, percebe-se a necessidade de investir em novas pesquisas voltadas à temática, com a finalidade de abrir novas discussões e contribuir para a redução do preconceito acerca das comunidades remanescentes.





## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Márcia Regina Galvão de; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. **Ocupação, produção e resistência: terras quilombolas e o lento caminho das titulações.** Campo Grande, MS, v. 23, n. 4, p. 945-958, out./dez. 2022

ALVES, Beatriz. Datafolha: 59% dos brasileiros acreditam que a maioria da população é racista. **CNN Brasil**, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/datafolha-59-dos-brasileiros-acreditam-que-a-maioria-da-populacao-e-racista>. Acesso em: 05 maio 2025.



AMADO, Jorge. **Jubiabá.** 57. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

AMADO, Jorge. **Tenda dos milagres.** 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982.

Associação dos Municípios Alagoanos - AMA. Com apoio da Prefeitura de Traipu, Povoado Quilombo Mumbaca recebe Selo Brasil Quilombola. Disponível em: <https://ama-al.com.br/com-apoio-da-prefeitura-de-traipu-povoado-quilombo-mumbaca-recebe-selo-brasil-quilombola/>. Acesso em 05 de junho de 2025.

BARBOSA, Elson. Sincretismo e religiões afro-brasileiras. **Educa+Brasil**, 25 mar. 2019. Disponível em: <https://www.>



educamaisbrasil.com.br/enem/religiao/sincretismo-e-religioes-afro-brasileiras. Acesso em: 15 abr. 2025.

BARRETO JÚNIOR, Jurandir Sá. Discriminação legal às religiões de matrizes africanas (1889-1988). **Revista Em Favor da Igualdade Racial**, Rio Branco, v. 4, n. 3, p. 115-128, 2021.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1970.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 03 maio 2025.



BRASIL. **Lei nº 1.390/51, de 3 de julho de 1951**. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l1390.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1390.htm). Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997.** Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19459.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19459.htm). Acesso em: 10 abr. 2025.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

DEALDINA, S. S. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: DEALDINA, S. S. (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas.** São Paulo: Sueli Carneiro/Jandaíra, 2020. p. 25-44.



DIAS, Jhonatan. Como o racismo no trabalho impacta a saúde mental?. **Site Drauzio Varella**, 20 set. 2022. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/psiquiatria/como-o-racismo-no-trabalho-impacta-a-saude-mental/amp>. Acesso em: 05 maio 2025.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: Edufba, 2008.

FILHO, José Eustáquio Ribeiro Vieira; GASQUES, José Garcia. **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade.** Brasília : Ipea, 2016.



FORQUIN, Jean-Claude. **Os fundamentos sociológicos da pedagogia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1971.

GIOVANKA, Gabriela; RIZZARO, Renato. A Roda de Passarinho na Reserva do Quilombo Frechal, Mirinzal, MA. **Roda de Passarinho**, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://rodadepassarinho.blogspot.com/2020/01/a-roda-de-passarinho-na-reserva-do.html>. Acesso em: 13 abr. 2025.

GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do Maravilhoso: O Novo Mundo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

GOMES, Rodrigo Portela. Os quilombos na luta contra o racismo. **UnB Notícias**, 13 mai. 2022. Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/5709-os-quilombos-na-luta-contra-o-racismo>. Acesso em: 05 maio 2025.

HUTCHINSON, John; SMITH, Anthony D. (org.). **Ethnicity**. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LIBARDI; Suzana Santos; NASCIMENTO; Maria Thaís Mota do. **Identidade negra/quilombola: diálogos intergeracionais de autoafirmação em uma comunidade do sertão nordestino**. Revista Brasileira de Educação v. 28 e280109, 2023.

LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola**: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2011.

MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; FARIAS, Mayara Helenna Veríssimo de. **Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da**



**colonização da América.** Campo Grande, MS, v. 21, n. 3, p. 577-596, jul./set. 2020

MARINGONI, Gilberto. História - Destino dos negros após a abolição. Brasília : Ipea Edição 70 - 2011

MARTINS, Leandro. Luighi sofre racismo da torcida durante partida da Libertadores. **Radio Agência**, 07 mar. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/esportes/audio/2025-03/luighi-sofre-racismo-da-torcida-durante-partida-da-libertadores>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MENDES, Rafael Pereira da Silva. Quilombolas. **Mundo Educação**, s.d. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/quilombolas.htm>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MG Quilombo. Quilombo do Campo Grande Confederação Quilombola. Disponível em: <https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/resumo-e-localizacoes/>. Acesso em 05 de junho de 2025.

MOREIRA, Adilson José. Brancos usam ‘humor’ e ‘amigo negro’ para perpetuar discriminação. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59422927>. Acesso em 05 de abril de 2025.

NEVES, Daniel. **Quilombo dos Palmares**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/quilombo-dos-palmares.htm>. Acesso em: 12 abr. 2025.

NUNES, Sylvia de Oliveira. **Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita**. USP: Dossiê: Psicologia e Ideologia 17 2006.





OLIVEIRA, Manuel. **Mumbaça**. Direção: Manuel Oliveira, 2024. 1 vídeo (38min19s). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=DBIYw\\_WJH7s](https://www.youtube.com/watch?v=DBIYw_WJH7s). Acesso em: 10 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONU BR). **A Agenda 2030**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>. Acesso em: 10 abr. 2025.

PATRIOTA, Fernando. **Racismo aprofunda violência étnica e desigualdade social em comunidades quilombolas**. Tribunal de Justiça da Paraíba, 20 jun. 2024. Disponível em: <https://www.tjpb.jus.br/noticia/racismo-aprofunda-violencia-etnica-e-desigualdade-social-em-comunidades-quilombolas>. Acesso em: 05 maio 2025.

PORFÍRIO, Francisco. **Consciência negra**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/consciencia-negra.htm>. Acesso em 05 de junho de 2025.



PORFÍRIO, Francisco. **Quilombolas**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/quilombolas.htm>. Acesso em 05 de junho de 2025.

PREVIDELLI, Fábio. **Domingos Jorge Velho: O bandeirante que aniquilou o Quilombo dos Palmares**. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/historia-domingos-jorge-velho-o-bandeirante-que-aniquilou-o-quilombo-dos-palmares.phtml>. Acesso em: 05 de junho de 2025.

RIBEIRO, Adelia Miglievich. Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 2, maio-ago. 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**: princípios de direito político. Tradução de Antônio P. Machado. 19. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. (Coleção Clássicos de Bolso).

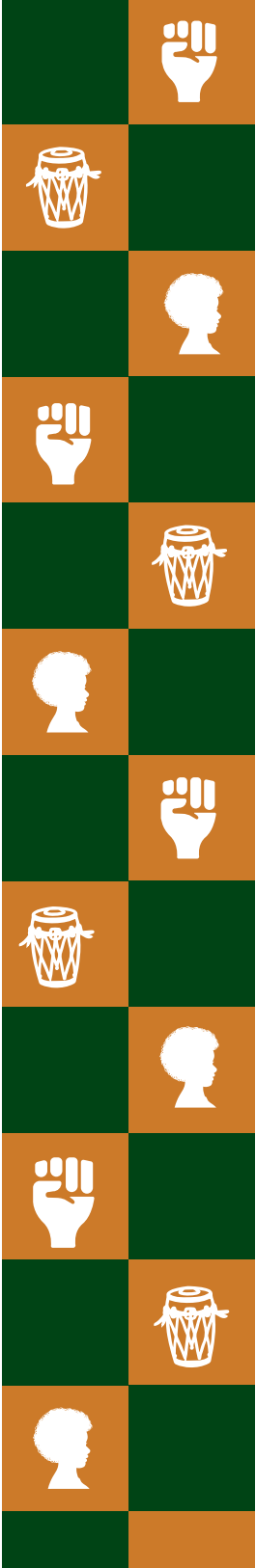
SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território das definições teóricas. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, ano 5, n. 10, jan.-jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/3zsW-4C3r6CFYcnx8sPSDrdk/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SILVA, George; MELO; Sayonara Figueirôa Bezerra de. **Análise Religiosa e Cultural das Comunidades Quilombolas na Atualidade**. V Colóquio de História, 2011.



**Nota:** No processo de preparação desta publicação, os(as) autores(as) podem ter recorrido, em determinados momentos, a ferramentas de Inteligência Artificial disponibilizadas pela OpenAI, empregadas exclusivamente para fins de revisão de linguagem, aprimoramento da fluidez textual e ajustes de estilo. Importa esclarecer que tais recursos não substituem a autoria intelectual, sendo toda a concepção, fundamentação, análise e conclusões de responsabilidade integral dos(as) autores(as), que respondem pelo rigor científico, ético e acadêmico desta obra.





## **SOBRE OS/AS AUTORES/AS E ORGANIZADORAS**



**José Winícios Santos da Silva |  
Mentorado**

Mestrando em Ensino de Letras Es-  
trangeiras Modernas (PPGLES/UFS).  
Especialista em Linguagens, Suas Tec-  
nologias e Mundo do Trabalho (UFPI) e  
Língua Portuguesa e Literatura Aplicada  
ao Ensino (FSG). Graduado em Letras  
Português e Espanhol (Cues). Docente da  
Secretaria de Educação de Alagoas (Se-  
duc/AL). Professor orientador do projeto  
Povos Quilombolas Alagoanos: Desafios  
para a valorização e reconhecimento da  
sua cultura, apresentado no Sinpete/Ufal

2024. Também participou como mentorado do Laboratório de Men-  
toria - LabMent (2024-2025), promovido pelo Programa Sinpete – Ci-  
ência e Inovação na Educação Básica, que resultou na produção e  
publicação deste livro. E-mail: winicios.santossilva7688@professor.  
educ.al.gov.br





### **João Pedro dos Santos Duarte | Mentorado**

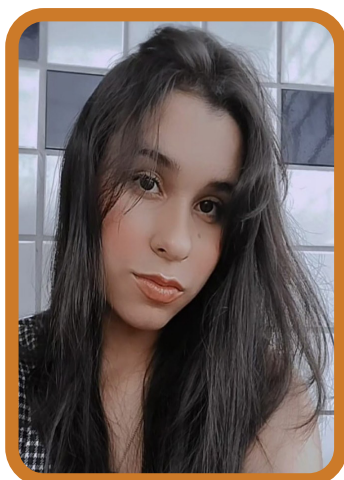
Estudante do 3º ano do ensino médio na Escola Estadual Anália Tenório. Participante do Pibic Jr. de Astronomia: Rumo à OBA em 2025. Integrante do projeto Povos Quilombolas Alagoanos: Desafios para a Valorização e Reconhecimento de sua Cultura, proposto no Sinpete/Ufal 2024. Também participou como mentorado do Laboratório de Mentoria - LabMent (2024-2025), promovido pelo Programa Sinpete – Ciência e Inovação na Educação Básica, que resultou na produção e publicação deste livro.



### **Maria Clara Evangelista Santos | Mentorada**

Estudante do 3º ano do ensino médio na Escola Estadual Anália Tenório. Premia-da no I Concurso de Redação da Promotoria de Justiça de Porto Real do Colégio em 2023. Integrante do Pibic Jr. de Astronomia: Rumo à OBA em 2023. Participou da 4ª edição da Olimpíada de História de Alagoas. Integrante do projeto Povos Quilombolas Alagoanos: Desafios para a Valorização e Reconhecimento de sua Cultura, apresentado no Sinpete/Ufal 2024. Também participou como

mentorada do Laboratório de Mentoria - LabMent (2024-2025), promovido pelo Programa Sinpete – Ciência e Inovação na Educação Básica, que resultou na produção e publicação deste livro.



## **Mariane Evelyn Santos Brito | Mentorada**

Estudante do 3º ano do ensino médio na Escola Estadual Anália Tenório. Participante do Pibic Jr.: Nomeio, Logo Habito em 2023. Medalhista nas Olimpíadas de História de Alagoas de 2023. Integrante como voluntária do Pibic Jr.: Matemática em Movimento: Desafios Olímpicos em Olho d'Água Grande em 2024. Integrante do projeto Povos Quilombolas Alagoanos: Desafios para a Valorização e Reconhecimento de sua cultura, apresentado na Sinpete/Ufal 2024. Também partici-

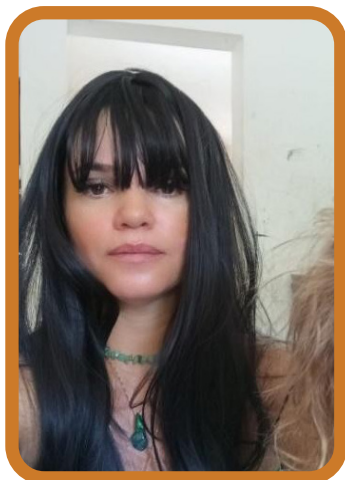
pou como mentorada do Laboratório de Mentoria - LabMent (2024-2025), promovido pelo Programa Sinpete – Ciência e Inovação na Educação Básica, que resultou na produção e publicação deste livro.



## **Samilly dos Santos Lima | Mentorada**

Estudante do 3º ano do ensino médio na Escola Estadual Anália Tenório. Componente do Pibic Jr. de Astronomia: Rumo à OBA 2023 e 2025. Participou da 4ª edição da Olimpíada de História de Alagoas, sendo medalhista. Integrante do projeto Povos Quilombolas Alagoanos: Desafios para a valorização e reconhecimento de sua cultura, apresentando no Sinpete/Ufal 2024. Também participou como mentorada do Laboratório de Mentoria - LabMent (2024-2025), promovido pelo

Programa Sinpete – Ciência e Inovação na Educação Básica, que resultou na produção e publicação deste livro.



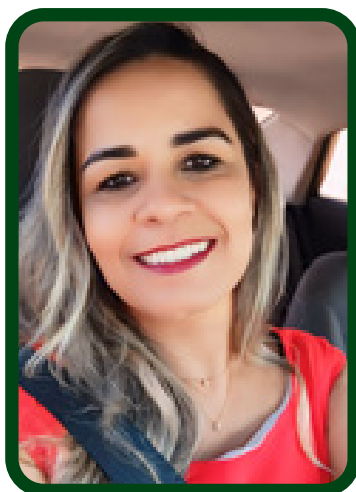
## Vanuza Souza Silva | Mentora

Agraciada em 1º lugar no 6º Prêmio Nacional Construindo Igualdade de Gênero, na categoria Mestre e Estudante de Doutorado, com o artigo *Lourdes Ramalho: performances de gênero na dramaturgia nordestina*, em 2010. Historiadora e jornalista profissional com registro 2520 e matrícula 26300. Doutora em História pela (UFPE). Mestre em Sociologia e licenciada em História (UFCG). Graduada em Comunicação Social (UEPB). Pesquisadora das áreas de gênero, feminismos e estudos das mulheres; história,

memória e comunicação; história e memória institucional; história e memória das organizações, estudos indígenas, história das lideranças camponesas femininas; história, comunicação e biografias. Professora do curso de Relações Públicas da Ufal – Campus A. C. Simões. Também participou como mentora científica do Laboratório de Mentoria - LabMent (2024-2025), promovido pelo Programa Sinpete – Ciência e Inovação na Educação Básica, que resultou na produção e publicação deste livro.

E-mail: [vanuza.silva@ichca.ufal.br](mailto:vanuza.silva@ichca.ufal.br)



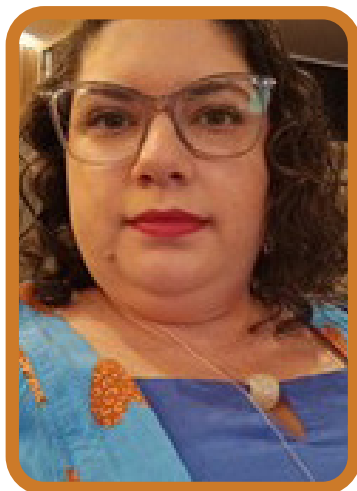


## Vera Lucia Pontes dos Santos

É mestra e doutora em Educação (PPGE/Ufal), especialista em Gestão e Planejamento (Fatec-PE) e em Tecnologias em Educação (PUC-Rio). É Líder do Grupo de Pesquisa Formação de Professores da Educação Básica e Superior (CNPq). Editora da Revista OPTIE - Observatório de Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Educação Básica (Sinpete/Ufal). Pedagoga da Prograd/Ufal, atuando na gestão do Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior (Proford/Ufal). Técnica pedagógica

da Secretaria Municipal de Educação - Semed Maceió, atuando no apoio à gestão da política de formação dos profissionais da educação da rede municipal. Coordenadora do projeto Ciclo de Formação em Educação Científica e Sustentabilidade dos Biomas Brasileiros - Ufal/CNPq/MCTI (2024-2025). Coordenadora-geral do Programa Sinpete - Ciência e Inovação na Educação Básica (Prograd/Ufal). Também participou como mentora científica do Laboratório de Mentoria (LabMent), promovido pelo Programa Sinpete, que resultou na produção e publicação de texto científico decorrente do projeto “Horta vertical: práticas com uso de material de descarte”.





## Maria Ester de Sá Barreto Barros

É graduada em Química Bacharelado, mestra e doutora em Química Orgânica pela UFPE. É professora do Instituto de Química e Biotecnologia da Universidade Federal de Alagoas (IQB-Ufal). Faz parte do Laboratório de Química Orgânica Aplicada a Materiais e Compostos Bioativos (LMC) e do Grupo de Pesquisa em Ensino e Extensão em Química (Qui-Ciência). Atualmente, é coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional (Prof-qui-Ufal), desenvolvendo pesquisas na produção de materiais didáticos para o ensino de química orgânica no ensino básico e superior. Coordenou a Semana de Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Educação Básica - Sinpete (2024) e o Laboratório de Mentoria (2024-2025). Também participou como mentora científica do Laboratório de Mentoria (LabMent), promovido pelo Programa Sinpete/Ufal, que resultou na produção e publicação de texto científico decorrente do projeto “Sargassole - produção de uma borracha sustentável”.



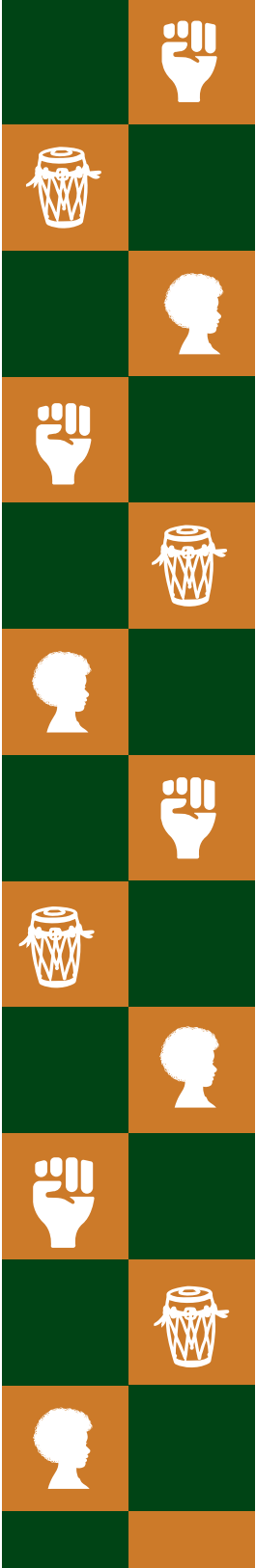


## Jadriane de Almeida Xavier

É graduada em Química (Bacharelado e Licenciatura), mestra e doutora em Química Orgânica pela Ufal. É professora do Instituto de Química e Biotecnologia da Universidade Federal de Alagoas (IQB-Ufal) e do Programa de Pós-Graduação em Química e Biotecnologia (PPG-QB-Ufal). É integrante do Laboratório de Eletroquímica e Estresse Oxidativo (LEEO), no qual desenvolve pesquisas em temas relacionados ao estresse oxidativo, estresse carbonílico, glicação, diabetes e química dos produtos naturais.

Coordena o evento Sinpete desde 2024. Coordenou a Semana de Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Educação Básica - Sinpete (2024) e atualmente coordena a edição vigente. Também participou como mentora científica do Laboratório de Mentoria (LabMent), promovido pelo Programa Sinpete/Ufal, que resultou na produção e publicação de texto científico decorrente do projeto “Barbatimed: produção de membrana biodegradável a partir do amido da casca da mandioca utilizando extrato do barbatimão como alternativa ecológica para curativos”.





A Edufal não se responsabiliza por possíveis erros relacionados às  
revisões ortográficas e de normalização (ABNT).  
Elas são de inteira responsabilidade dos/as autores/as.



## REALIZAÇÃO



## APOIO FINANCEIRO



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



Programa Nacional de  
POPULARIZAÇÃO  
DA CIÊNCIA

MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO



ISBN: 978-65-988147-2-4

